

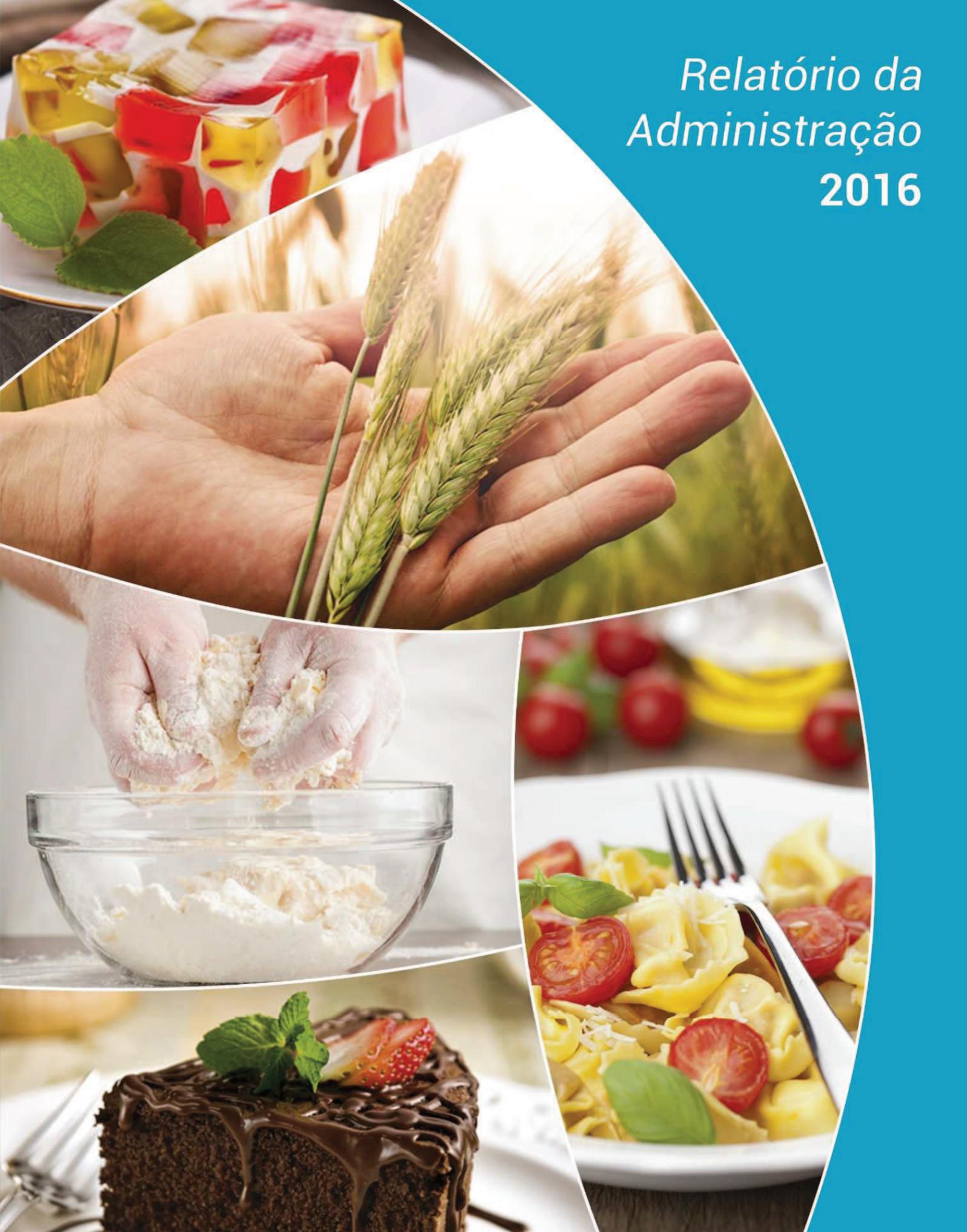
J. Macêdo S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Mensagem da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>19</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>24</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>25</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>26</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>27</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>28</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>29</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>30</b>

# Relatório da Administração 2016



# Mensagem da administração 2016



Avanços consistentes marcaram o desempenho da J. Macêdo em 2016. Nosso crescimento das receitas e das margens foi amparado por uma gestão competente, inspirada em gerar valor efetivo para as marcas que foram revitalizadas e reposicionadas, visando atender as expectativas dos consumidores brasileiros. Além disso, a solidez financeira, o gerenciamento estratégico de posicionamento do portfólio no mercado e a redução de custos e despesas operacionais foram determinantes para a obtenção da lucratividade do ano, apesar do cenário adverso vivenciado pela economia brasileira.

A receita líquida cresceu 12,4% em 2016 devido ao processo de gestão implementado, que contemplou: revitalização de marcas, ampliação do portfólio de produtos e consolidação do mercado de panificação na região Nordeste. O EBITDA atingiu R\$ 157,7 milhões no ano, destacando um incremento de 13,1% e demonstrando resultados operacionais superiores ao crescimento das receitas, pelos ganhos de eficiência industrial, logística e controle das despesas administrativas, amenizando os dispêndios necessários para a implementação dos projetos delineados que agregaram reposicionamento estratégico das marcas e aumento do faturamento. A margem líquida foi de 4,2%, atingindo um lucro líquido de R\$ 69,3 milhões, 20,7% inferior ao ano anterior, pressionado pela queda do dólar, que resultou em ajuste no ganho a valor de mercado dos derivativos.

Os investimentos realizados em 2016 somaram R\$ 90,6 milhões, uma evolução de 13,5%, direcionados às melhorias operacionais, ganhos de produtividade, aumento da capacidade produtiva, uso de tecnologia de ponta e modernização das fábricas. Os investimentos projetados pela Companhia até 2018 representam R\$ 350,0 milhões e configuram o alicerce para o Plano de Expansão que contempla: modernização e programas de eficiência produtiva do parque industrial, aumento da capacidade produtiva, de armazenagem e aprimoramento logístico das fábricas, além de investimentos para promover a revitalização e reposicionamento das

marcas Dona Benta, Petybon e Sol. Baseados nas perspectivas de cenário macroeconômico, que ainda aponta uma retração e o consumo comedido, esperamos um primeiro semestre com movimento de *trade down* de preços, com o consumidor ainda migrando mais para produtos não *premium*. O segmento de massas é mais resistente às situações adversas de mercado, o que aliado às expectativas de custos estáveis em relação ao ano anterior pelo bom desempenho da safra de grãos brasileira e pelos avanços constantes de gerenciamento de custos e despesas nos permitirá atravessar esse período mais fortalecidos.

Neste contexto, somamos o assertivo posicionamento mercadológico das principais marcas que inclui: a revitalização da marca Dona Benta, o reposicionamento da marca Sol e o aprimoramento de embalagens para a marca Petybon – massas especiais preparadas com grão duro (*trigo triticum durum*). Além disso, parcerias como a estabelecida com o *chef* Buddy Valastro para nossas linhas de produtos de maior valor agregado com a marca Dona Benta, em ações de marketing e nas redes sociais estão alinhadas à estratégia de crescimento da J. Macêdo, que prevê a diferenciação de portfólio de produtos, com melhoria da rentabilidade operacional.

Em 2016, demos passos importantes para o avanço do posicionamento da J. Macêdo e suas marcas no mercado brasileiro. Nossos diferenciais competitivos de marcas preferidas pelo consumidor e qualidade reconhecida, associados a uma equipe de gestão profissional, competente e comprometida com nossa cultura e um controle assertivo dos processos, nos assegura a sustentabilidade planejada para a Companhia.

Agradecemos a todos os nossos *stakeholders* pela parceria e pelo respaldo e aproveitamos para fortalecer nosso compromisso de crescimento sustentado, englobando os pilares econômico-financeiro, social e ambiental, reforçando que nossos maiores ativos são: nossa cultura, nossa gente e nossas marcas.

Luiz Henrique Lissoni  
Diretor-Presidente

# Destaques do período



- A receita líquida cresceu 12,4% em 2016, devido ao processo de gestão implementado que contemplou: revitalização de marcas, ampliação do portfólio de produtos e consolidação do mercado de panificação na região Nordeste.
- Para fazer frente ao crescimento da Companhia, as despesas operacionais aumentaram 9,9% em 2016, impulsionadas pelos investimentos nos projetos comerciais, aprimoramento das marcas Dona Benta, além da internalização de promotores de vendas.
- Os investimentos realizados em 2016 somaram R\$ 90,6 milhões, uma evolução de 13,5%, direcionados às melhorias operacionais, ganhos de produtividade, aumento da capacidade produtiva, uso de tecnologia de ponta e modernização das fábricas.
- O EBITDA atingiu R\$ 157,7 milhões no ano, destacando um incremento de 13,1% e demonstrando ganhos operacionais superiores ao crescimento das receitas e amenizando os gastos de implementação dos projetos. Além disso, a geração operacional (EBITDA) cresceu pelos ganhos de eficiência industrial e de logística e controle das despesas administrativas.
- O resultado operacional da Companhia foi muito positivo, mesmo considerando o cenário adverso vivenciado na economia brasileira. Entretanto, o lucro líquido foi de R\$ 69,3 milhões e apresentou decréscimo de 20,7% em relação ao ano anterior, pressionado pela queda do dólar, que resultou em ajuste no ganho a valor de mercado dos derivativos.

(As análises deste Relatório da Administração são sempre comparativas do 4º trimestre de 2016 com o 4º trimestre de 2015, ou do ano de 2016, comparadas com o ano de 2015, exceto se especificado diferente).

(R\$ milhões)	4T16	4T15	Var%	2016	2015	Var%
Receita líquida	468,3	421,3	11,2	1.648,1	1.465,9	12,4
Lucro bruto	171,0	128,5	33,1	556,8	500,6	11,2
% Margem bruta	36,5%	30,5%	6,0pp	33,8%	34,1%	(0,3)pp
EBITDA	72,1	47,5	51,8	157,7	139,4	13,1
% Margem EBITDA	15,4%	11,3%	4,1pp	9,6%	9,5%	0,1pp
Lucro líquido	44,8	53,0	(15,5)	69,3	87,4	(20,7)
% Margem líquida	9,6%	12,6%	(3,0)pp	4,2%	6,0%	(1,8)pp
Dívida líquida/EBITDA*	-	-	-	1,56	1,76	(11,4)

\*EBITDA sem exclusão do valor do Ajuste de Avaliação Patrimonial.

# Desempenho econômico-financeiro



(R\$ milhões)	4T16	4T15	Var%	2016	2015	Var%
<b>Volume de vendas (mil toneladas)</b>	234,0	204,5	14,4	821,8	770,0	6,7
Receita bruta	526,2	479,4	9,8	1.865,0	1.664,7	12,0
Receita líquida	468,3	421,3	11,2	1.648,1	1.465,9	12,4
CMV	(297,3)	(292,8)	1,5	(1.091,3)	(965,4)	13,0
Lucro bruto	171,0	128,5	33,1	556,8	500,6	11,2
Despesas com vendas	(85,8)	(79,3)	8,2	(310,4)	(284,7)	9,0
Despesas gerais e administrativas*	(27,4)	(31,9)	(14,1)	(109,8)	(130,2)	(15,7)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6,3	21,3	(70,4)	(7,9)	25,4	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(10,7)	14,8	-	(46,5)	(0,4)	-
Lucro antes do IR/CSLL	53,3	53,4	-	82,3	110,7	(25,6)
Imposto de renda e contribuição social	(8,6)	(0,4)	-	(13,0)	(23,3)	(44,3)
Lucro líquido	44,8	53,0	(15,5)	69,3	87,4	(20,7)
EBITDA	72,1	47,5	51,8	157,7	139,4	13,1
<b>Margem bruta</b>	36,5%	30,5%	6,0 pp	33,8%	34,1%	(0,3) pp
<b>Despesas com vendas</b>	-18,3%	-18,8%	0,5 pp	-18,8%	-19,4%	0,6 pp
<b>Despesas gerais e administrativas*</b>	-5,9%	-7,6%	1,7 pp	-6,7%	-8,9%	2,2 pp
<b>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</b>	1,3%	5,1%	(3,8) pp	-0,5%	1,7%	(2,2) pp
<b>Margem líquida</b>	9,6%	12,6%	(3,0) pp	4,2%	6,0%	(1,8) pp
<b>Margem EBITDA</b>	15,4%	11,3%	4,1 pp	9,6%	9,5%	0,1 pp

Com atuação nas categorias de farinhas, massas, misturas para bolos e pães, biscoitos, sobremesas e fermentos, a Companhia segue na busca constante pela melhoria operacional de suas fábricas.

Em 2016, a Companhia intensificou os investimentos voltados para segurança, saúde e meio ambiente em todas as suas unidades. A fábrica de São José dos Campos, responsável pela maior diversidade e volume de produção, obteve como resultado desses investimentos a certificação no sistema de segurança de alimentos internacionalmente reconhecida, adquirindo o selo FSSC 22.000 (*Food Safety System Certification*),

que reforça a credibilidade e confiança dos consumidores em nossos produtos.

Dos vários projetos direcionados ao crescimento das vendas, o destaque ficou para a revitalização da linha Dona Benta, composta de um portfólio que inclui as categorias de farinhas, fermentos, massas e misturas. Além da mudança e modernização da identidade visual, houve um aprimoramento das linhas de produtos, incluindo lançamento de novos itens em misturas de bolos e o lançamento de uma linha que abrange as três principais categorias da marca, assinada pelo confeito Buddy Valastro, celebridade com alto reconhecimento devido aos programas veiculados em TV aberta e a cabo.



## Desempenho segmentado

### 1) Farinhas e farelo

O volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas apresentou retração de -0,2% do ano móvel (dez./jan. a out./nov. de 2015) para 2016 (dez./jan. a out./nov. de 2016). A participação de mercado em volume da Companhia caiu de 21,9% para 19,4% no mesmo período, devido ao crescimento dos segmentos de baixo preço (*trade down*) com maior intensidade em 2016, principalmente no canal Atacado, de acordo com os dados da AC Nielsen.

A pesquisa realizada não considera o segmento de panificação, o qual contribuiu sensivelmente para o crescimento dos volumes totais de Farinhas.

A categoria de Farinhas e Farelo representou 50,2% da receita bruta da Companhia no 4T16 (4T15: 49,2%) e 51,5% no acumulado do ano (2015: 50,9%). A receita nessa categoria permaneceu praticamente estável, considerando a variação do 4T15 para o 4T16 e o acumulado de 2015 para 2016.

### 2) Massas

O volume total do mercado comercializado de Massas caiu 1,0% no ano móvel de 2016 (jan./fev. a nov./dez.) versus o ano de 2015 (jan./fev. a nov./dez.). A participação de mercado em volume da Companhia cresceu 0,5 p.p., de acordo com os dados da AC Nielsen.

A categoria de Massas representou 27,5% da receita bruta da Companhia em 2016, mantendo a sua participação estável em relação a 2015.

### 3) Misturas

O volume total do mercado comercializado de Misturas apresentou queda de 2,9% do ano móvel 2015 (dez./jan. a out./nov.) para 2016 (dez./jan. a out./nov.). A participação de mercado em volume da Companhia decresceu de 22,4% para 19,8% no mesmo período, segundo a avaliação da AC Nielsen.

A categoria de Misturas representou 11,0% na receita bruta total da Companhia em 2016 (2015: 12,0%).

A estrutura de produção dessa categoria passou por adequações de arquitetura do portfólio, visando à melhor aderência às demandas de mercado. Foram contempladas revisões de embalagens e posicionamento das marcas regionais. O foco dessas ações visa suportar a retomada de crescimento, permitindo a execução da estratégia definida nacionalmente a partir de agosto de 2016, com o reposicionamento da marca Dona Benta.

### 4) Outras categorias

A categoria de Biscoitos representou 4,9% da receita bruta da Companhia no 4T16 (4T15: 5,2%). A receita nessa categoria diminuiu 3,8% do 4T16 para o 4T15. No ano de 2016, a receita foi de R\$ 92,2 milhões, uma queda de 3,4% quando comparada ao ano de 2015 (R\$ 95,4 milhões). Com foco no crescimento da categoria, estamos investindo na ampliação, modernização e aumento da capacidade produtiva da fábrica situada em Simões Filho, na Bahia.

A categoria de Sobremesas representou 1,3% da receita bruta da Companhia no 4T16 (4T15: 1,8%). A receita nessa categoria diminuiu 26,3% do 4T15 para o 4T16. No ano de 2016, a receita foi de R\$ 31,5 milhões, apresentando um crescimento de 17,5% comparado ao ano de 2015 (R\$ 26,8 milhões).

A categoria de Fermentos representou 2,7% da receita bruta da Companhia no 4T16 (4T15: 2,4%). A receita nessa categoria cresceu 14,7% do 4T15 para o 4T16. No ano de 2016, a receita foi de R\$ 49,8 milhões, aumento de 30,4% em comparação com 2015 (R\$ 38,2 milhões).

# Desempenho econômico-financeiro



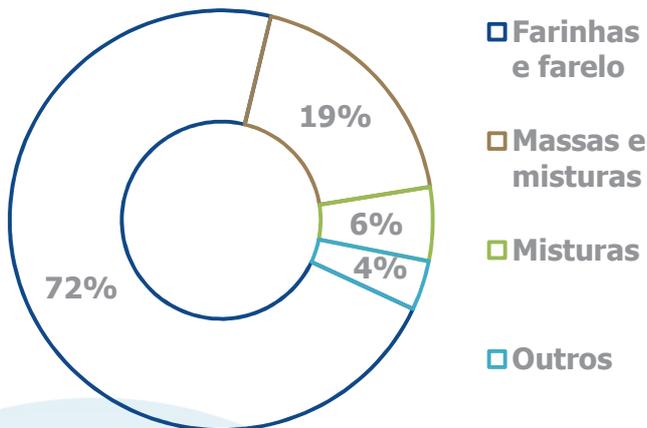
## Marketing

A J. Macêdo anunciou em agosto um conjunto de iniciativas visando impulsionar os seus negócios com a marca Dona Benta. A Companhia fechou parceria com o confeitiro Buddy Valastro. O projeto também integrou a revitalização da marca e o lançamento de uma nova linha de produtos – *Delícias da Dona Benta* – e o reposicionamento da linha *Chocolatíssimo*, que passou a se chamar *Receitas Especiais*, expandindo a presença no segmento de mistura para bolos, no qual a Companhia já detinha a liderança.

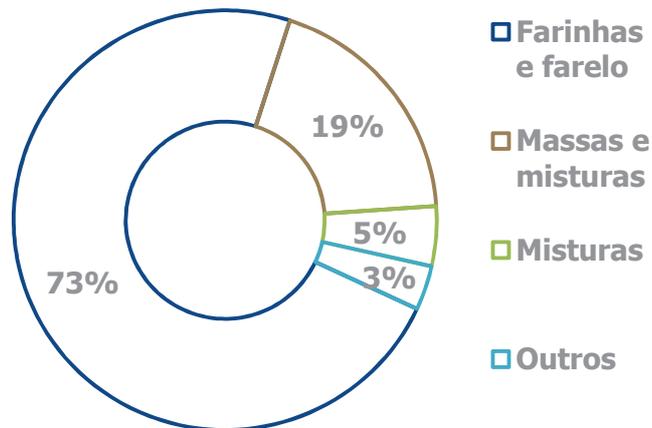
Os principais objetivos destes investimentos de R\$ 30,0 milhões visam à ampliação de participação no mercado brasileiro, reforçando os atributos e valores da marca junto ao consumidor, com mais opções de sabores e receitas, sempre com produtos de alta qualidade. Os consumidores passaram a ter mais opções de misturas de bolos e sobremesas nas novas linhas *Delícias da Dona Benta* e *Receitas Especiais*.

Segue abaixo a composição percentual do volume líquido anual de vendas em toneladas:

### Composição das vendas 2015



### Composição das vendas 2016





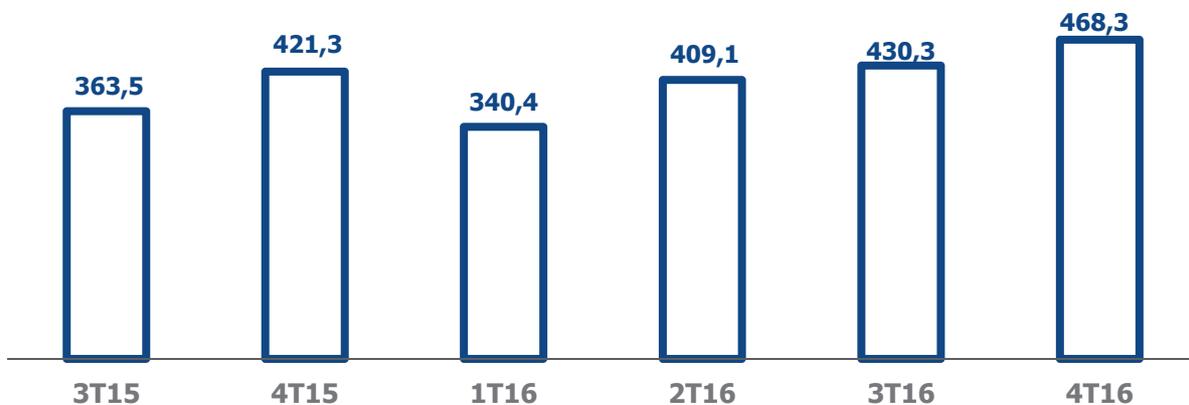
## Receita líquida

Durante o ano, diversos projetos foram direcionados para a melhoria dos processos de gestão de receita. Entre eles, destacamos a ampliação do *mix* de produtos vendidos, gerando crescimento do valor agregado e acelerando o desempenho das categorias. Adicionalmente,

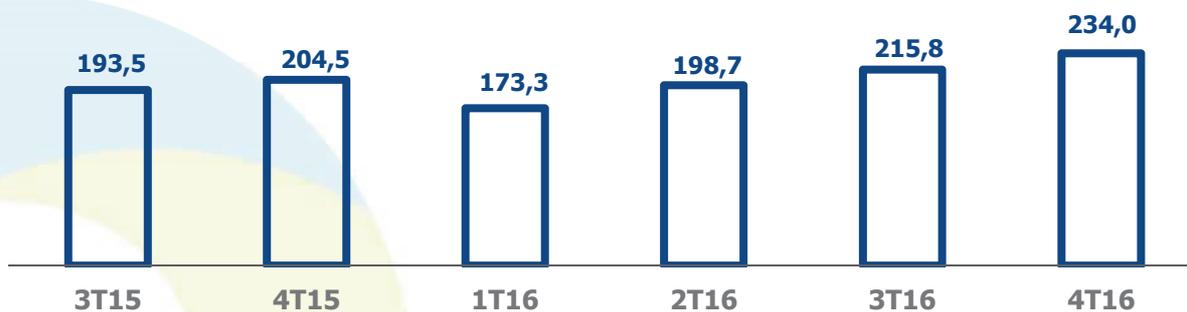
consolidamos nossa participação no mercado profissional da região Nordeste.

No ano de 2016, a receita líquida atingiu R\$ 1.648,1 milhões, apresentando um acréscimo de 12,4% em relação ao ano de 2015.

**Receita líquida**  
(R\$ milhões)



**Volume de vendas**  
(em mil toneladas)



## Lucro bruto

No ano de 2016, o lucro bruto foi de R\$ 556,8 milhões, 11,2% superior e representando 33,8% da receita líquida. Destacamos como fatores determinantes a eficiente gestão de custos e a

redução do preço dos insumos, principalmente após a implantação da Gestão Integrada de Suprimentos, melhoria dos ganhos de eficiência no processo produtivo.

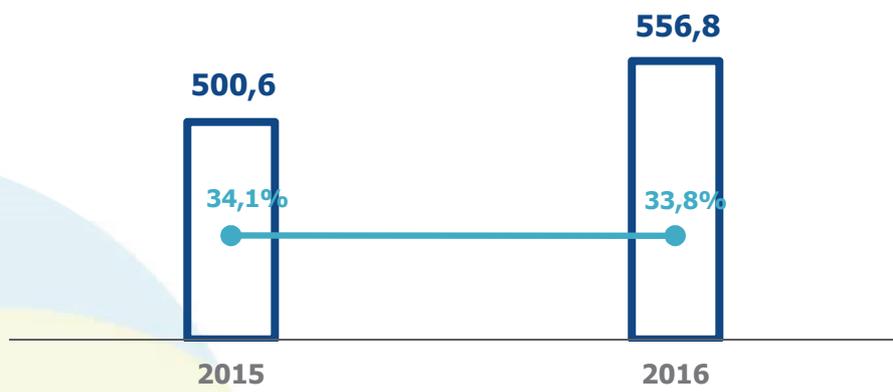
# Desempenho econômico-financeiro



**Lucro bruto e Margem bruta**  
(em R\$ milhões e em %)



**Lucro bruto e Margem bruta**  
(em R\$ milhões e em %)



## Despesas operacionais

O Plano Comercial delineado contemplou: reposicionamento das marcas e dos mercados; melhoria de portfólio; lançamento de novas linhas e novas campanhas de marketing, os quais foram implementados durante o ano para obtermos o

crescimento planejado. Esses fatores contribuíram para o aumento de 9,0% nas despesas com vendas em 2016, totalizando R\$ 310,4 milhões. Por outro lado, os fatores de maior destaque, como a revitalização da marca Dona Benta, os investimentos direcionados por *trade marketing* em

# Desempenho econômico-financeiro



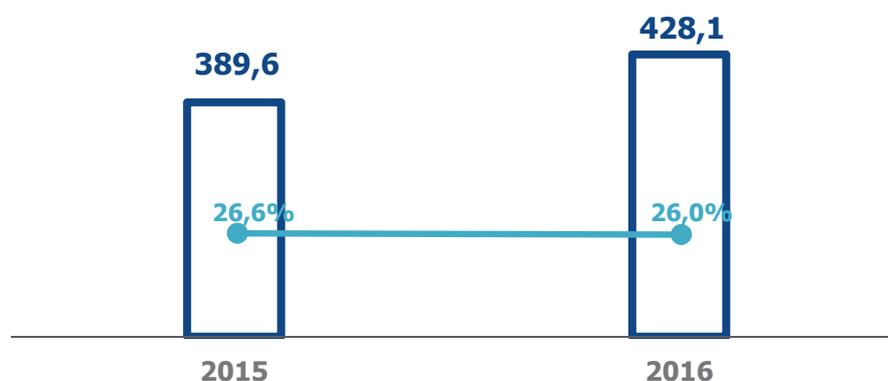
campanhas de abrangência nacional e a internalização de promotores de vendas, respaldaram a melhoria do desempenho comercial e o foco comercial e no *mix* de produtos de consumo nessas regiões.

O controle das despesas gerais e administrativas, fruto dos esforços contínuos de toda a Companhia, aliada à redução obtida com gerenciamento de

gastos administrativos e revisão de contratos de parceria, resultou na redução de 14,6% das despesas em relação ao ano anterior, um total de R\$ 93,0 milhões em 2016.

Diante disso, as despesas operacionais somaram R\$ 428,1 milhões (26,0% da receita líquida), representando uma redução de 0,6 p.p. comparada ao mesmo período do ano anterior.

## Despesas operacionais e % RL (em R\$ milhões e em %)



## EBITDA

Proveniente do aumento da receita, redução dos custos de insumos e ganhos de eficiência operacional, apresentamos em 2016 um EBITDA de R\$ 157,7 milhões, um crescimento de 13,1%. No 4T16, a margem EBITDA atingiu 15,4%, recorde

histórico, fortalecendo a capacidade de geração operacional da Companhia, após a implementação dos projetos de agregação de valor praticados durante o ano.

Reconciliação do EBITDA	4T16	4T15	Var%	2016	2015	Var%
Lucro antes do IR e CS - LAIR	53,3	53,4	(0,2)	82,3	110,7	(25,7)
Depreciação/amortização custos	5,8	4,0	45,0	20,9	15,1	38,4
Depreciação/amortização despesas	2,3	4,9	(53,1)	8,00	13,2	(39,4)
Resultado financeiro	10,7	(14,8)	-	46,5	0,4	-
<b>EBITDA*</b>	<b>72,1</b>	<b>47,5</b>	<b>51,8</b>	<b>157,7</b>	<b>139,4</b>	<b>13,1</b>

# Desempenho econômico-financeiro



## EBITDA e Margem EBITDA (em R\$ milhões e em %)



## Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro	4T16	4T15	Var%	2016	2015	Var%
Receitas financeiras	43,4	51,1	(15,1)	158,8	217,6	(27,0)
Despesas financeiras	(54,1)	(36,3)	49,1	(205,3)	(218,0)	(5,8)
<b>Total</b>	<b>(10,7)</b>	<b>14,8</b>	-	<b>(46,5)</b>	<b>(0,4)</b>	-

A Companhia registrou, no 4T16, despesas financeiras líquidas de R\$ 10,7 milhões. Já no ano

de 2016, as despesas financeiras líquidas atingiram R\$ 46,5 milhões.

## Lucro líquido

No ano em que a indústria no Brasil sofreu com a deterioração do ambiente econômico, perda da competitividade, resultando na contração da economia, a Companhia concentrou seus esforços em ações que permitiram atingir o lucro líquido de R\$ 69,3 milhões.

Embora o resultado operacional tenha sido em linha com os objetivos traçados para o ano, mesmo considerando o cenário desafiador da economia brasileira, o impacto na queda do dólar resultou em aumento nas despesas financeiras líquidas, pressionando o resultado líquido do período, que apresentou um decréscimo de 20,8%.



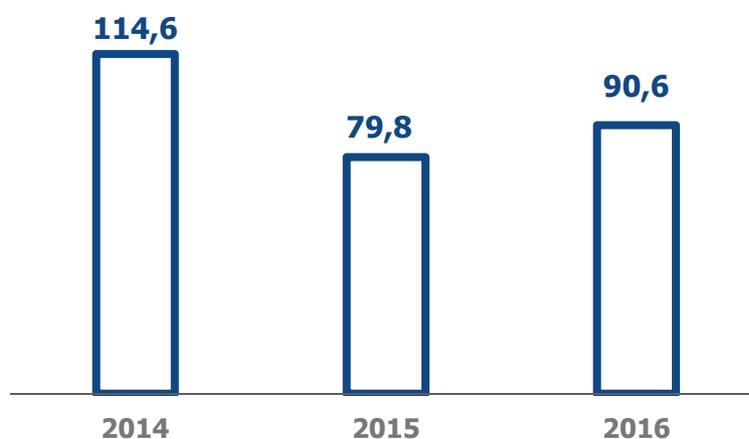
## Investimentos

Em 2016, os investimentos totalizaram R\$ 90,6 milhões, valor 13,5% maior que os R\$ 79,8 milhões de investimentos realizados em 2015.

Com a finalidade de melhorar sua competitividade e manter sua posição de liderança, a J. Macêdo segue com o plano de investimentos, principalmente em

melhorias operacionais, focando em ganhos de produtividade com aumento de capacidade produtiva e modernização das unidades com novas tecnologias, recepção portuária em Salvador, novos silos do moinho Fortaleza, ampliação da fábrica de biscoitos e nova fábrica de massas, ambas na unidade de Simões Filho.

### Investimentos (em R\$ milhões)



## Endividamento

Dívida líquida	2016	2015	Var%	3T16	Var%
<b>Curto prazo</b>	<b>204,9</b>	<b>231,5</b>	<b>(11,5)</b>	<b>212,5</b>	<b>(3,6)</b>
Empréstimos e financiamentos	174,3	199,7	(12,7)	184,0	(5,3)
Debêntures	30,6	31,8	(3,8)	28,5	7,0
<b>Longo prazo</b>	<b>120,7</b>	<b>279,3</b>	<b>(56,8)</b>	<b>138,2</b>	<b>(12,7)</b>
Empréstimos e financiamentos	92,1	222,1	(58,5)	109,6	(16,0)
Debêntures	28,6	57,2	(50,0)	28,6	-
<b>Total endividamento</b>	<b>325,6</b>	<b>510,8</b>	<b>(36,3)</b>	<b>350,7</b>	<b>(7,2)</b>
( - ) Caixa	(90,5)	(223,9)	59,6	(113,3)	(20,1)
( - ) Instrumentos financeiros derivativos	12,7	(47,6)	-	5,7	115,3
<b>Dívida líquida</b>	<b>247,8</b>	<b>239,3</b>	<b>3,6</b>	<b>243,1</b>	<b>1,8</b>

# Desempenho econômico-financeiro



O total do endividamento da companhia em 2016 manteve-se estável variando 3,6% quando comparado com 2015. Contudo, a melhoria na

geração de caixa possibilitou uma redução no indicador Dívida líquida/ EBITDA.

<i>Covenants</i>	2016	2015	Var%	3T16	Var%
Dívida financeira líquida/EBITDA $\leq$ 2,75	1,56	1,76	(11,4)	1,88	(17,0)
Dívida financeira bruta/patrimônio líquido $\leq$ 1,50	0,59	0,99	(40,4)	0,69	(14,3)
EBITDA/despesas financeiras líquidas $\geq$ 1,75	3,40	340,0	(99,0)	6,24	(45,6)

Os *covenants* financeiros continuaram em patamares robustos nesse período, dentro dos limites definidos pelos contratos de financiamentos.



## Desempenho do trigo

### Mercado internacional

No último trimestre de 2016, o *United States Department of Agriculture* (USDA) revisou suas projeções para as safras mundiais, elevando novamente a oferta global. Com o término das colheitas no hemisfério norte, onde se encontram os principais países produtores de trigo, o ajuste principal realizado foi na produção da safra australiana, que teve sua produção elevada de 27,5 para 33,0 milhões de toneladas. Após esse ajuste (e outros de menores proporções), a safra 2016/2017 teve sua produção ampliada de 744,8 para 751,3 milhões de toneladas, com estoques finais elevados de 249,1 para 252,1 milhões de toneladas. Trata-se de novos recordes históricos de produção e estoques.

Diante da continuidade do cenário de ampla oferta mundial, os preços internacionais apresentaram queda no período de outubro até o início de dezembro, quando o trigo "hard", comercializado na bolsa de Kansas, teve sua menor cotação, negociado a USD 3,82/bushel. Nas semanas

seguintes, motivados por preocupações com o clima nas regiões produtoras dos Estados Unidos, os preços voltaram a subir, encerrando o ano cotados a USD 4,18/bushel.

Na Argentina, a nova safra começou a ser colhida em novembro, superando 80% da área plantada a colheita realizada ao final do ano. A qualidade média e a produtividade reportadas ficaram superiores às verificadas nas safras anteriores. De acordo com o USDA, a safra do país está projetada em 14,4 milhões de toneladas. Com relação aos preços no país vizinho, estes apresentaram queda até novembro, quando chegaram a ser negociados a USD 167/Ton para o trigo com 12% de proteína na condição *Free On Board* (FOB) no complexo de *Up River*. Após esse período, com a alta nos preços internacionais, os preços voltaram a subir e terminaram o ano em cerca de USD 175/Ton.

### Mercado nacional

A safra nacional 2016, colhida entre setembro e novembro, teve sua estimativa de produção elevada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para 6,7 milhões de toneladas (ante 6,2 milhões de toneladas, a divulgação de setembro), em função de condições climáticas próximas às ideais, do plantio até a colheita, elevando a produtividade em 40% em relação à safra 2015.

Com esse expressivo aumento de produção, os preços baixaram ao longo do trimestre, passando a ser negociados abaixo do preço mínimo ao produtor, R\$ 644/Ton. No Paraná, o preço do cereal recuou de R\$ 670/Ton para R\$ 640/Ton e, no Rio Grande do Sul, de R\$ 750/Ton para R\$ 520/Ton.

Diante desse cenário, o Governo Federal (GF) começou a realizar leilões semanais, dos tipos PEP (Prêmio para Escoamento de Produto) e Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural), para favorecer o escoamento da produção do Sul do País para regiões não produtoras, como Norte e Nordeste, de forma a permitir a recuperação gradual dos preços. Até o fechamento do ano, os preços permaneciam estáveis no Paraná e no Rio Grande do Sul, cotados a R\$ 640/Ton e R\$ 520/Ton, respectivamente.



A J.Macêdo tem investido de forma consistente e sustentável em ações dedicadas ao seu capital humano, tendo, em 2016, atuado fortemente em preparação, desenvolvimento, prevenção e oportunidades internas de seus colaboradores. É meta da Companhia construir uma cultura organizacional caracterizada pelo comprometimento dos colaboradores com o planejamento de longo prazo. No final de 2016, a J. Macêdo mantinha um total de 2,5 mil funcionários.

Entre as iniciativas do ano, destaca-se o Projeto Excelência em SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente), que visa estabelecer a mudança na cultura de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, maior disciplina operacional, ganhos em eficiência, produtividade e qualidade nas operações, além da conquista de zero acidente de trabalho. Com duração de 30 meses, o Projeto foi lançado em maio de 2016 e está em andamento em 100% das Unidades Produtivas da J.Macêdo, promovendo um novo patamar de excelência em SSMA e um marco na história da Companhia.

Nesse processo de evolução permanente da Companhia, a Academia J.Macêdo vem exercendo um importante papel no desenvolvimento e capacitação do time tendo, em 2016, após um ano do seu lançamento, dado passos importantes como a realização de mais 5.000 horas de treinamento para os nossos gestores, incluindo gerentes, coordenadores e líderes operacionais. Nossos Gerentes, por exemplo, participaram em 2016 de 4 módulos de capacitação. Também neste mesmo ano, foram lançadas a Escola de Operações, incluindo as trilhas a serem desenvolvidas, e a Escola Comercial já tendo realizado o 1º treinamento presencial para Coordenadores de Vendas.

Como forma de valorizar o seu capital humano e reter talentos, a J. Macêdo tem como prática priorizar o preenchimento de vagas com profissionais que já integram o seu quadro de colaboradores. Em 2016, 104 colaboradores cresceram em suas carreiras ao serem promovidos através de processo seletivo interno ou por mérito. Essa é uma política interna que certamente produz reflexos positivos no seu indicador de turnover.

Alinhada às diretrizes da J. Macêdo e visando à execução de excelência no ponto de venda, a área de Pessoas & Gestão liderou em conjunto com área Comercial o Projeto de Internalização dos Promotores, abrangendo 385 contratações nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Sergipe. Além disso, foi revisado o Span of Control da área de Merchandising e realizado treinamento dos novos profissionais.

O Programa J.Legal, uma iniciativa de compromisso social voltada para a capacitação, orientação e inserção de jovens no mercado de trabalho, realizada em parceria com a Rede Cidadã e o apoio do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), também fez parte das iniciativas da área de Pessoas & Gestão em 2016. O programa teve início em Fortaleza, no mês de outubro, com 90 jovens formados até o final do ano e 16 deles conquistando o primeiro emprego. A meta é atender cerca de mil jovens cearenses em três anos.

Trabalhar de forma integrada com as demais áreas da Companhia tem fortalecido os nossos resultados e algumas iniciativas merecem destaque: o processo de Certificação Internacional FSSC 22000 na Fábrica de Massas da Unidade de São José dos Campos; e o projeto Conexão com a Equipe e Conexão com o Cliente, que reuniu no Ceará, Bahia e Rio de Janeiro os nossos colaboradores da área Comercial e os principais clientes da J. Macêdo para alinhamento, troca de experiências, compartilhamento de planos de crescimento e os investimentos futuros da Companhia.

Construir em conjunto com todos que fazem parte da J. Macêdo um lugar diferenciado para se trabalhar, onde as pessoas sintam-se parte importante do projeto da Companhia, vislumbrem oportunidades de desenvolvimento e sintam-se estimuladas a trabalhar com excelência, fortalecendo o engajamento e a cultura da Companhia para o crescimento sustentável e contínuo dos negócios tem sido o alicerce de todas as iniciativas e projetos da área de pessoas e gestão da Companhia.



## Auditoria independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que, desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados por esta apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, em ata de reunião de diretoria realizada em 22/03/2017, a

Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer de revisão dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao ano encerrado em 31/12/16. Essas demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22/03/2017.

## Governança Corporativa

A estrutura organizacional apresenta uma configuração simples e funcional, que constitui a base para a construção da governança corporativa que vem se desenvolvendo no Grupo J. Macêdo, visando aumentar o valor da Companhia, facilitar o acesso ao mercado de capitais e fortalecer a sua sustentabilidade.

Os Órgãos colegiados da Companhia são formados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que contam com o assessoramento do Comitê de Auditoria; Comitê de Pessoas e Gestão; e o Comitê de Finanças e Riscos.

 **Gestão de riscos:** a J. Macêdo adota uma série de medidas previamente estruturadas para manter os riscos inerentes aos seus negócios sob o mais rigoroso controle. A Nota explicativa 32 das Demonstrações Financeiras detalha esta gestão. São monitorados os riscos de mercado de atuação, crédito, riscos financeiros e operacionais.

### Reconhecimentos e destaques

- As novas embalagens da marca Dona Benta foram premiadas com o bronze em Portugal na categoria Design de Embalagens nos Prêmios Lusófonos da Criatividade. A nova identidade visual da marca Dona Benta, carro-chefe da J. Macêdo, foi desenvolvida em parceria com a agência *Narita Design&Strategy*.
- A Companhia recebeu a certificação internacional FSSC 22.000 (*Food Safety System Certification – Certificação do Sistema de Segurança de Alimentos 22.000*), referente à sua unidade de massas em São José dos Campos (SP). Reconhecida mundialmente, a certificação abre para a Companhia a possibilidade de novos negócios e acesso aos mais exigentes mercados globais. Essa distinção identifica que a Companhia dispõe de um sistema de gestão de segurança de alimentos robusto e eficaz, capaz de atender aos requisitos de órgãos reguladores, clientes na cadeia de alimentos e consumidores. Baseada



na ISO 22.000, ela segue também as especificações PAS 222, ISO/TS 22002-4 e ISO/TS 22002-1. O objetivo é ampliar a certificação para as outras unidades da Companhia.

- A marca Dona Benta conquistou o registro de marca de alto renome, reconhecimento conferido e registrado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Este registro confirma o reconhecimento por ampla parcela do público, que associa qualidade, reputação e prestígio à marca e aos produtos por ela assinalados.

 **Sustentabilidade Ética:** para a J. Macêdo, Sustentabilidade Ética é a fusão de dois princípios: o da Sustentabilidade, entendido como fazer as coisas que produzem resultados diferenciados e promovem a continuidade do negócio; e o da Ética, que significa ter respeito pelo outro, seja esse outro uma pessoa, um grupo, uma instituição, uma comunidade, o país ou o planeta.

## Sobre a J. Macêdo

*A J. Macêdo S/A é líder de mercado nos segmentos de farinha de trigo doméstica e de mistura para bolos, a terceira maior empresa nacional no segmento de massas alimentícias e a fabricante líder em vendas na cidade de São Paulo. A Companhia produz, distribui e comercializa diversas categorias de produtos que fazem parte do dia a dia das famílias brasileiras: farinhas (Dona Benta, Sol, Brandini, Lili e Boa Sorte); massas (Dona Benta, Petybon, Brandini, Madremassas, Favorita, Familiar, Paraíba e Chiarini); mistura para bolos (Dona Benta, Sol e Boa Sorte); sobremesas (Sol), fermentos (Dona Benta) e biscoitos (Águia, Hit e Salt).*

### Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.

Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.



KPMG Auditores Independentes  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Sala 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da J.Macêdo S.A.  
Fortaleza - CE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da J.Macêdo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J.Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais



e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### ***Provisões e passivos contingentes - Tributários***

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a Companhia figura como ré em ações de natureza tributária. As estimativas de desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, e ao impacto que um resultado desfavorável em tais processos, individualmente ou em conjunto, pode ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relevantes, implementados pela Companhia, relativos à captura dos processos, avaliação de risco processual, cálculo da provisão, condução dos processos e etapas de encerramento. Avaliamos também a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com jurisprudência existente. Adicionalmente, avaliamos a análise da probabilidade de perda e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação de saldos com assessores externos e outras documentações produzidas pela Companhia. Para as causas com valores julgados relevantes, avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas jurídicos, a determinação do risco de perda e do valor estimado. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas na nota explicativa nº 23.

#### **Outros assuntos**

##### ***Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia, sua controlada e sua operação controlada em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia, sua controlada e sua operação controlada em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 22 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes a caixa	7	48.930	65.838	66.538	103.773	Obrigações sociais e trabalhistas		28.560	16.350	28.745	16.517
Aplicações financeiras	8	23.983	120.122	23.983	120.122	Fornecedores	18	85.230	59.570	103.102	83.393
Contas a receber		207.428	148.799	206.905	174.434	Tributos a recolher	19	10.306	9.199	10.419	9.237
Contas a receber de clientes	9	194.855	143.685	194.147	169.283	Empréstimos e financiamentos		175.554	200.926	174.366	199.738
Outras contas a receber		12.573	5.114	12.758	5.151	Com terceiros	20	174.366	199.738	174.366	199.738
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	12	-	-	3.298	3.863	Com partes relacionadas	12	1.188	1.188	-	-
Estoques	10	106.423	168.114	99.514	136.057	Debêntures	21	30.615	31.750	30.615	31.750
Impostos e contribuições sociais a recuperar	11	49.930	61.891	49.996	61.944	Financiamento de impostos		2.756	2.909	2.756	2.909
Despesas antecipadas		12.614	2.160	12.614	2.160	Arrendamentos mercantis financeiros		550	-	550	-
Instrumentos financeiros derivativos	32	482	26.614	482	28.403	Dividendos e JCP a pagar		3.976	11.210	3.976	11.210
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>449.790</b>	<b>593.538</b>	<b>463.330</b>	<b>630.756</b>	Instrumentos financeiros derivativos	32	11.286	2.142	11.286	2.273
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	12	28.356	22.317	27.922	22.317	Outras contas a pagar	22	29.224	23.648	29.330	23.746
Outros ativos não circulantes		54.132	72.386	54.132	72.386	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>378.057</b>	<b>357.704</b>	<b>395.145</b>	<b>380.773</b>
Impostos e contribuições sociais a recuperar	11	53.671	50.911	53.671	50.911	Empréstimos e financiamentos	20	92.164	222.059	92.164	222.059
Instrumentos financeiros derivativos	32	461	21.475	461	21.475	Instrumentos financeiros		2.355	-	2.355	-
Outras contas a receber		5.989	4.734	5.994	4.739	Debêntures	21	28.600	57.160	28.600	57.160
Investimentos	14	19.040	21.703	64	64	Arrendamentos mercantis financeiros		174	-	174	-
Propriedades para investimentos	15	78.200	71.133	78.200	71.133	Financiamento de impostos		1.071	2.957	1.071	2.957
Imobilizado	16	469.140	416.581	470.184	417.667	Outras contas a pagar		22.656	6.738	7.146	6.738
Intangível	17	6.552	7.497	12.951	13.896	A terceiros	22	7.146	6.738	7.146	6.738
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>661.409</b>	<b>616.351</b>	<b>649.447</b>	<b>602.202</b>	A partes relacionadas	12	15.510	-	-	-
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	26.754	35.692	26.754	35.692
						Provisão para contingências	23	10.188	8.683	10.188	8.683
						<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>183.962</b>	<b>333.289</b>	<b>168.452</b>	<b>333.289</b>
						<b>Patrimônio líquido</b>	25				
						Capital social	25.1	198.002	197.873	198.002	197.873
						Reservas de capital	25.2	601	601	601	601
						Reserva de lucros	25.3	328.396	296.291	328.396	296.291
						Ajustes de avaliação patrimonial	25.4	22.181	24.131	22.181	24.131
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>549.180</b>	<b>518.896</b>	<b>549.180</b>	<b>518.896</b>
						<b>Total do passivo</b>		<b>562.019</b>	<b>690.993</b>	<b>563.597</b>	<b>714.062</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.111.199</b>	<b>1.209.889</b>	<b>1.112.777</b>	<b>1.232.958</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.111.199</b>	<b>1.209.889</b>	<b>1.112.777</b>	<b>1.232.958</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas	27	1.644.616	1.462.199	1.648.100	1.465.949
Custo das vendas	28.2	<u>(1.088.115)</u>	<u>(961.422)</u>	<u>(1.091.279)</u>	<u>(965.365)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>556.501</u></b>	<b><u>500.777</u></b>	<b><u>556.821</u></b>	<b><u>500.584</u></b>
Despesas com vendas	28.2	(310.364)	(284.687)	(310.364)	(284.687)
Despesas gerais e administrativas	28.2	(92.367)	(108.020)	(92.969)	(108.920)
Honorários da administração	12	(8.792)	(8.140)	(8.792)	(8.140)
Depreciação e amortização		(7.994)	(13.168)	(7.994)	(13.168)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	(8.888)	25.454	(7.937)	25.440
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>(1.242)</u>	<u>14.090</u>	<u>-</u>	<u>23</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>126.854</u></b>	<b><u>126.306</u></b>	<b><u>128.765</u></b>	<b><u>111.132</u></b>
Receitas financeiras	31	154.250	195.411	158.841	217.569
Despesas financeiras	31	<u>(198.968)</u>	<u>(211.192)</u>	<u>(205.299)</u>	<u>(218.003)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b><u>(44.718)</u></b>	<b><u>(15.781)</u></b>	<b><u>(46.458)</u></b>	<b><u>(434)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>82.136</b>	<b>110.525</b>	<b>82.307</b>	<b>110.698</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	13	(21.733)	(3.100)	(21.904)	(3.273)
Diferido	13	<u>8.938</u>	<u>(19.993)</u>	<u>8.938</u>	<u>(19.993)</u>
		<b><u>(12.795)</u></b>	<b><u>(23.093)</u></b>	<b><u>(12.966)</u></b>	<b><u>(23.266)</u></b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>69.341</u></b>	<b><u>87.432</u></b>	<b><u>69.341</u></b>	<b><u>87.432</u></b>
<b>Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$</b>	26	3,17608	4,00473		
<b>Quantidade de ações em circulação no final do exercício:</b>					
Ordinárias		11.496.411	11.496.411		
Preferenciais		<u>10.335.786</u>	<u>10.335.786</u>		
		<b><u>21.832.197</u></b>	<b><u>21.832.197</u></b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## J. Macêdo S.A. e Consolidado

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora e Consolidado</b>			
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	69.341	87.432	69.341	87.432
<i>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado</i>				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(1.421)	1.475	(1.421)	1.475
Realização do custo atribuído	(529)	(324)	(529)	(324)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>67.391</b>	<b>88.583</b>	<b>67.391</b>	<b>88.583</b>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	67.391	88.583	67.391	88.583
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>67.391</b>	<b>88.583</b>	<b>67.391</b>	<b>88.583</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## J. Macêdo S.A. e Consolidado

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de capital</u>				Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de lucros	Lucros acumulados		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>197.873</b>	<b>601</b>	<b>235.386</b>	-	<b>22.980</b>	<b>456.840</b>
<b>Transações de capital com os sócios</b>						
Distribuição de dividendos complementares	-	-	(15.651)	-	-	(15.651)
<b>Outros resultados abrangentes</b>						
Realização do custo atribuído	-	-	-	324	(324)	-
Ajuste de incentivos fiscais	-	-	129	(129)	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	16	(16)	-	-
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	1.475	1.475
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	87.432	-	<b>87.432</b>
<b>Destinação do lucro</b>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(11.200)	-	(11.200)
Dividendos complementares	-	-	33.456	(33.456)	-	-
Constituição de reserva legal (Nota 25.5)	-	-	4.372	(4.372)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 25.5)	-	-	38.583	(38.583)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>197.873</b>	<b>601</b>	<b>296.291</b>	-	<b>24.131</b>	<b>518.896</b>
<b>Transações de capital com os sócios</b>						
Distribuição de dividendos complementares	-	-	(33.456)	-	-	(33.456)
Aumento de capital	129	-	-	-	-	129
<b>Outros resultados abrangentes</b>						
Realização do custo atribuído	-	-	-	529	(529)	-
Ajuste de reserva de incentivos fiscais	-	-	(347)	-	-	(347)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(1.421)	(1.421)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	69.341	-	<b>69.341</b>
<b>Destinação do lucro</b>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(3.962)	-	(3.962)
Dividendos complementares	-	-	11.887	(11.887)	-	-
Constituição de reserva legal (Nota 25.5)	-	-	3.467	(3.467)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 25.5)	-	-	50.554	(50.554)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>198.002</b>	<b>601</b>	<b>328.396</b>	-	<b>22.181</b>	<b>549.180</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## J. Macêdo S.A. e Consolidado

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	69.341	87.432	69.341	87.432
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	27.806	27.208	27.931	27.402
Equivalência patrimonial	1.242	(14.090)	-	(23)
Resultado de ativo imobilizado baixado	4.539	371	4.539	371
Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	123	(9)	123	(9)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	4.466	1.261	4.466	1.261
Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	(2.052)	(282)	(2.052)	(282)
Constituição (reversão) de provisão para reestruturação	(1.880)	(5.928)	(1.880)	(5.928)
Créditos extemporâneos de ICMS/ INSS/ PIS/ COFINS	(23.967)	(29.711)	(23.967)	(29.711)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	(21.436)	109.975	(22.856)	111.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.936)	19.994	(8.936)	19.994
Valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	57.394	(72.413)	57.394	(86.391)
Incorporação e acervo	-	45	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(51.293)	149	(51.356)	300
Estoque	63.054	9.276	56.587	21.808
Impostos e contribuições sociais a recuperar	33.168	23.969	33.155	23.963
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	12.324	(21.120)	(2.188)	(21.493)
Outros créditos	(9.950)	4.568	(10.101)	(20.628)
Fornecedores	25.660	11.882	27.397	35.685
Tributos a recolher	1.108	(10.575)	1.183	(10.640)
Financiamento de impostos	(2.039)	562	(2.039)	562
Obrigações sociais e trabalhistas	12.210	(11.720)	12.228	(11.711)
Provisão para contingências	(4.723)	(2.225)	(4.723)	(2.225)
Aumento (ajuste) de capital com reserva de incentivos federais	(219)	-	(219)	-
Outras contas a pagar	8.550	(4.679)	8.562	(4.718)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>194.490</b>	<b>123.940</b>	<b>172.589</b>	<b>136.470</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>				
Aquisição de intangível	(1.025)	(1.006)	(1.025)	(1.006)
Aquisição de imobilizado	(89.900)	(69.258)	(89.984)	(69.258)
Aplicação financeira	(60.035)	-	(60.035)	-
Resgate de aplicação financeira	160.642	(120.122)	160.642	(120.122)
Recebimento de dividendos	-	1.486	-	-
<b>Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>9.682</b>	<b>(188.900)</b>	<b>9.598</b>	<b>(190.386)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>				
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	(44.653)	(26.903)	(44.653)	(26.903)
Captação de empréstimos e financiamentos	64.339	246.748	64.339	245.453
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(179.358)	(195.111)	(179.358)	(195.111)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(13.622)	(12.457)	(13.622)	(12.457)
Amortização de principal de debêntures	(28.560)	(14.280)	(28.560)	(14.280)
Amortização de juros de debêntures	(11.883)	(27.689)	(11.883)	(27.689)
(Amortização) realização de instrumentos financeiros derivativos	(7.343)	32.900	(5.685)	49.008
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(221.080)</b>	<b>3.208</b>	<b>(219.422)</b>	<b>18.021</b>
<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(16.908)</b>	<b>(61.752)</b>	<b>(37.235)</b>	<b>(35.895)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	65.838	127.590	103.773	139.668
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>48.930</b>	<b>65.838</b>	<b>66.538</b>	<b>103.773</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## J. Macêdo S.A. e Consolidado

### Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Receitas</b>	<b>1.798.534</b>	<b>1.610.981</b>	<b>1.802.028</b>	<b>1.615.369</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.861.482	1.660.302	1.864.966	1.664.690
(-) Abatimentos e descontos	(66.657)	(52.757)	(66.657)	(52.757)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão/ (constituição)	(3.768)	(2.965)	(3.768)	(2.965)
Outras receitas	7.477	6.401	7.487	6.401
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.310.389)</b>	<b>(1.156.086)</b>	<b>(1.312.869)</b>	<b>(1.160.618)</b>
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(967.161)	(991.318)	(969.151)	(995.069)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(327.911)	(166.620)	(328.289)	(166.772)
Perda/ recuperação de valores ativos	(3.761)	(1.129)	(3.761)	(1.129)
Outros	(11.556)	2.981	(11.668)	2.352
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>488.145</b>	<b>454.895</b>	<b>489.159</b>	<b>454.751</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(28.687)</b>	<b>(28.096)</b>	<b>(28.871)</b>	<b>(28.290)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>459.458</b>	<b>426.799</b>	<b>460.288</b>	<b>426.461</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>153.007</b>	<b>209.503</b>	<b>158.841</b>	<b>217.595</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(1.242)	14.091	-	23
Receitas financeiras	154.249	195.412	158.841	217.572
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>612.465</b>	<b>636.302</b>	<b>619.129</b>	<b>644.056</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>612.465</b>	<b>636.302</b>	<b>619.129</b>	<b>644.056</b>
<b>Pessoal</b>	<b>178.408</b>	<b>159.517</b>	<b>178.553</b>	<b>159.641</b>
Remuneração direta	103.129	100.949	103.228	101.030
Honorários da administração	8.792	8.140	8.792	8.140
Benefícios	37.468	33.717	37.480	33.722
FGTS	11.346	11.242	11.346	11.242
Participação dos empregados nos lucros	12.959	1.654	12.959	1.654
Outros gastos	4.714	3.815	4.748	3.853
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>152.728</b>	<b>164.330</b>	<b>152.916</b>	<b>165.146</b>
Federais	48.599	86.262	48.599	86.876
Estaduais	101.566	75.597	101.754	75.601
Municipais	2.563	2.471	2.563	2.669
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>211.988</b>	<b>225.023</b>	<b>218.319</b>	<b>231.837</b>
Despesas financeiras	198.968	211.895	205.299	218.709
Aluguéis e leasing	13.020	13.128	13.020	13.128
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>69.341</b>	<b>87.432</b>	<b>69.341</b>	<b>87.432</b>
Incentivos fiscais	-	6.445	-	6.445
Lucros retidos no exercício	69.341	80.987	69.341	80.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Informações sobre a companhia e controladas**

#### **1.1 Objeto social**

A J. Macêdo S.A. (“J. Macêdo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e na comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a J. Macêdo, sua controlada e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

### **2 Reorganização societária**

Em 17 de dezembro de 2015 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia.

Essa reorganização societária não representou nenhuma alteração na posição patrimonial consolidada, pois a Companhia já detinha o controle direto da entidade incorporada e teve como objetivo a simplificação da sua estrutura societária.

O acervo líquido incorporado pela Companhia está assim representado:

<b>Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>R\$</b>
Ativo circulante	11.342
Ativo não circulante	15.835
<b>Total do ativo</b>	<b><u>27.177</u></b>
Passivo circulante	11
Passivo não circulante	2.441
<b>Total do passivo</b>	<b><u>2.452</u></b>
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b><u>24.725</u></b>

### **3 Desativação de unidade**

Por decisão estratégica da Companhia, no mês de maio de 2016, foram paralisadas as atividades de produção da filial situada em Pouso Alegre, MG. O volume de produção realizado por essa unidade foi transferido para a unidade da Companhia situada em São José dos Campos, SP. Os efeitos contábeis, quando aplicáveis, foram registrados dentro da devida competência. Conforme citado na nota 16.2.2, respectivamente, realizamos reclassificação de imobilizado como bens destinados à venda e provisão para reestruturação.

### **4 Base de preparação**

#### **4.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 22 de março de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **4.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

#### **4.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **4.4 Uso de estimativas e julgamentos**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

##### **4.4.1 Estimativas**

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, benefícios de

curto prazo a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

#### **4.4.2 Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na determinação se a Companhia detém de fato controle sobre suas investidas, assim como na classificação de contratos de arrendamento.

## **5 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **5.1 Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia, de sua controlada e da operação controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apresentadas a seguir:

Razão social	País sede	% Participação societária	
		2016	2015
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
(b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

(a) **Cipolin (sociedade de capital fechado)** - A controlada da J.Macêdo S.A. foi constituída em 1985 sob a razão social de "Cipolin S.A.", detendo a controladora a propriedade de 100% do capital social da Companhia que é constituído por 459.773.063 ações. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, substancialmente da Argentina, para a J.Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

(b) **Tergran (sociedade de capital fechado)** - A operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação controlada em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e a armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

#### **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **5.2 Controlada e operação controlada em conjunto**

As demonstrações financeiras da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data

em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos de sua controlada e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos de acordo com a participação na entidade.

### **5.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira**

#### **5.3.1 *Transações em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

#### **5.3.2 *Operações no exterior***

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

### **5.4 Tributos sobre o lucro**

#### ***Imposto de renda e contribuição social - Correntes***

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

#### ***Impostos diferidos***

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases

negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do período de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção de que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

## **5.5 Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na Nota Explicativa nº 24.

## **5.6 Instrumentos financeiros**

### ***Instrumentos financeiros derivativos - Reconhecimento e mensuração***

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, nas modalidades *swap* e *forwards*, demonstradas na Nota Explicativa nº 32.

***Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração***

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*a. Empréstimos e recebíveis*

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, saldos com partes relacionadas, contas a receber de clientes e outros créditos.

**a.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quanto tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

*b. Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*c. Capital social*

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

## **5.7 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- **Matérias-primas** - Custo de aquisição segundo o custo médio.
- **Produtos acabados e em elaboração** - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

## **5.8 Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

### **(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota Explicativa nº 16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **5.9 Arrendamentos mercantis**

No começo de um contrato, o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos.
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou dos ativos.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

## **5.10 Propriedades para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações financeiras. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

## **5.11 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## **5.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros**

### ***a. Ativos financeiros***

Em cada data de apresentação das demonstrações financeiras, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, entre outras.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

### ***b. Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)***

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

*Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

*Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

### **5.13 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações financeiras, líquida de qualquer reembolso.

### **5.14 Benefícios a empregados**

*Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **5.15 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e

concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### ***Venda de produtos***

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e os benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

#### ***Receitas e despesas financeiras***

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas com instrumentos financeiros derivativos e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### **5.16 Segmento de negócios**

Um segmento operacional é definido como um componente do Grupo para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações do Grupo na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, mistura para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermento. A produção e a comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, o Grupo concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

### **5.17 Demonstração do valor adicionado**

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

## **6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

### **6.1 Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (alterações ao CPC 32/IAS 12)**

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o Grupo não espera nenhum impacto significativo.

### **6.2 IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Grupo em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Grupo detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Grupo fará no futuro. A nova norma exigirá que o Grupo revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, o Grupo realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 e nas relações de *hedge* identificadas em 2016 no âmbito da IAS 39.

### **6.3 IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

O Grupo concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2): Pagamento baseado em ações em relação à classificação e à mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- IFRS 16 Leases (Arrendamentos).
- Iniciativa de divulgação (Alterações ao CPC 26/IAS 7).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 7 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Bancos conta movimento	7.254	7.838	7.254	30.639
Equivalentes de caixa	41.676	58.000	59.284	73.134
	48.930	65.838	66.538	103.773

Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 99,35% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) — 31 de dezembro de 2015: 100,77% — e estão destinadas à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A Controlada Cipolin S.A. mantém seus recursos aplicados no Banco Safra - NY, em certificados de depósitos com juros de 0,25% a.a. (31 de dezembro de 2015: 0,25% a.a.), com prazo de 6 meses (31 de dezembro de 2015: 6 meses), no valor total de R\$ 11.032 (31 de dezembro de 2015: R\$ 14.809), e próximo vencimento para 13 de fevereiro de 2017 (31 de dezembro de 2015: 6 de janeiro de 2016). Essas aplicações não possuem nenhuma restrição de saque, estando disponíveis para resgate imediato.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

## 8 Aplicações financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras	<u>23.983</u>	<u>120.122</u>	<u>23.983</u>	<u>120.122</u>
	<u>23.983</u>	<u>120.122</u>	<u>23.983</u>	<u>120.122</u>

As aplicações financeiras se referem a CDBs pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 99,35% do CDI (31 de dezembro de 2015: 100,77%).

## 9 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Clientes no país	203.136	152.660	202.428	178.258
Desconto de verbas contratuais	(7.103)	(7.920)	(7.103)	(7.920)
Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(1.178)</u>	<u>(1.055)</u>	<u>(1.178)</u>	<u>(1.055)</u>
	<u>194.855</u>	<u>143.685</u>	<u>194.147</u>	<u>169.283</u>

Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
<b>Prazo:</b>				
Valores a vencer:	186.686	141.608	185.978	167.206
Valores vencidos:				
De 1 a 30 dias	14.311	7.687	14.311	7.687
De 31 a 60 dias	229	2203	229	2.203
De 61 a 90 dias	590	143	590	143
Acima de 90 dias	<u>1.320</u>	<u>1.019</u>	<u>1.320</u>	<u>1.019</u>
	<u>203.136</u>	<u>152.660</u>	<u>202.428</u>	<u>178.258</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim representada:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	2016	2015
Saldo inicial	(1.055)	(1.064)
Constituição de provisão	(2.042)	(1.680)
Reversões e baixas	<u>1.919</u>	<u>1.689</u>
Saldo final	<u>(1.178)</u>	<u>(1.055)</u>

Na Nota Explicativa nº 32.2.2 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

## 10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados	32.935	40.596	32.935	40.596
Matérias-primas	34.482	42.537	34.482	42.537
Materiais de produção	14.583	15.713	14.583	15.713
Materiais de manutenção e outros	7.748	6.503	7.771	6.526
Produtos em processo	3.832	3.905	3.832	3.905
Adiantamentos para compra de matéria prima (a)	<u>12.843</u>	<u>58.860</u>	<u>5.911</u>	<u>26.780</u>
	<u>106.423</u>	<u>168.114</u>	<u>99.514</u>	<u>136.057</u>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de adiantamentos com a controlada Cipolin foi de R\$ 25.617 (31 de dezembro de 2015: R\$ 32.080).

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias-primas e materiais de manutenção. Segue a movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	(4.958)	(4.676)
(Adições)/reversões	<u>(2.052)</u>	<u>(282)</u>
Saldo final	<u><u>(7.010)</u></u>	<u><u>(4.958)</u></u>

## 11 Impostos e contribuições sociais a recuperar

	<b>Controladora</b>					
	<b>2016</b>			<b>2015</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
ICMS a ressarcir (a)	8.112	10.251	18.363	8.790	16.668	25.458
ICMS a apropriar (b)	22.868	6.564	29.432	12.392	3.842	16.234
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.878	5.063	6.941	1.770	4.417	6.187
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.394	-	2.394	11.133	-	11.133
PIS a compensar (c)	7.947	3.359	11.306	6.265	4.634	10.899
COFINS a compensar (c)	5.473	28.434	33.907	20.519	21.350	41.869
Outros impostos e contribuições	1.258	-	1.258	1.022	-	1.022
	<u>49.930</u>	<u>53.671</u>	<u>103.601</u>	<u>61.891</u>	<u>50.911</u>	<u>112.802</u>
	<b>Consolidado</b>					
	<b>2016</b>			<b>2015</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
ICMS a ressarcir (a)	8.112	10.251	18.363	8.790	16.668	25.458
ICMS a apropriar (b)	22.868	6.564	29.432	12.392	3.842	16.234
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.878	5.063	6.941	1.770	4.417	6.187
Imposto de renda a compensar	2.394	-	2.394	11.133	-	11.133
PIS a compensar (c)	7.947	3.359	11.306	6.265	4.634	10.899
COFINS a compensar (c)	5.473	28.434	33.907	20.519	21.350	41.869
Outros impostos e contribuições	1.324	-	1.324	1.075	-	1.075
	<u>49.996</u>	<u>53.671</u>	<u>103.667</u>	<u>61.944</u>	<u>50.911</u>	<u>112.855</u>

Os impostos e as contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária e ao ICMS extraordinário do fardo de anos anteriores.
- (b) Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS Substituição Tributária, bem como de incentivos e benefícios de ICMS, que serão apropriados no momento da venda.
- (c) Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos e decorrente de ação transitada em julgado em 20 de fevereiro de 2015, no valor de R\$ 17.064, do direito de compensar o valor do indébito correspondente aos pagamentos dos tributos sobre a parte que excedeu a base de cálculo constitucionalmente prevista na importação.

## 12 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo efetuadas em bases usuais de mercado.

**Empresa líder do conglomerado**

A J.Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

**Entidades com influência significativa sobre a Companhia**

- J.Macêdo Alimentos S.A.
- J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

**Operação controlada em conjunto**

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.1.

**Empresa controlada**

CIPOLIN S.A. - Companhia controlada, adquirida de sua controladora J.Macêdo Alimentos S.A., conforme Nota Explicativa nº 5.1.

***Termos e condições de transações com partes relacionadas***

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J.Macêdo.

Segue quadro das operações entre as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Companhias - Tipo de operação</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Cipolin S.A. - Adiantamento a fornecedores	6.932	32.080	-	-
Cipolin S.A. (a) - Empréstimos a receber	-	-	3.298	3.863
	<b>6.932</b>	<b>32.080</b>	<b>3.298</b>	<b>3.863</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações - Empréstimos a receber	25.045	20.363	24.610	20.363
J.Macêdo Alimentos S.A. - Empréstimos a receber	3.311	1.954	3.311	1.954
	<b>28.356</b>	<b>22.317</b>	<b>27.922</b>	<b>22.317</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Tergran - Empréstimos a pagar	(1.188)	(1.188)	-	-
	<b>(1.188)</b>	<b>(1.188)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Cipolin S.A. - Outras contas a pagar	(15.510)	-	-	-
	<b>(15.510)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado</b>				
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo	312.348	258.936	-	-
Pico da Caledônia - Despesa de deprec. dos bens arrendados	-	437	-	437
Pico da Caledônia - Despesas de juros com arrendamento financeiro	-	1.255	-	-
Pico da Caledônia - Despesas de aluguéis dos bens arrendados	-	418	-	-
Tergran - Custos portuários	3.002	2.304	-	-
	<b>315.350</b>	<b>263.350</b>	<b>-</b>	<b>437</b>

(a) Empréstimos e recebíveis entre Cipolin e J.Macêdo Alimentos S.A.

#### **Remuneração do pessoal-chave da administração da companhia**

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ano 2016 e R\$ 13.000/ano 2015), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. Em 31 de dezembro de 2016, as despesas com honorários da Administração foram de R\$ 8.792 (31 de dezembro de 2015: R\$ 8.140). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na Nota Explicativa nº 29.

#### **Avais e garantias**

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por aval, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, no que concerne a garantias, receberam avais da controladora J.Macêdo Alimentos S.A., representando em 31 de dezembro de 2016, 44,96% (31 de dezembro de 2015: 51,09%) do saldo devedor total perante instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados nas Notas Explicativas nºs 20 e 21.

### 13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	6.034
Diferenças temporárias:		-
Provisão para perda ao valor recuperável de contas a receber	401	294
Provisão para perdas com estoques	976	1.247
Provisão para contingências	5.081	3.658
Provisão de honorários de êxito	1.287	1.187
Programa de participação nos resultados	4.069	217
Perda operação "swap"	4.638	68
Outras provisões	1.953	2.186
<b>Total diferido ativo</b>	<b>18.405</b>	<b>14.891</b>
Ágio Chiarini	(2.176)	(1.780)
Ganho operação "swap"	(321)	(13.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.313)	(9.574)
Valor justo propriedades para investimentos	(19.921)	(17.000)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(5.308)	(3.682)
Diferença depreciação fiscal	(8.120)	(5.172)
<b>Total diferido passivo</b>	<b>(45.159)</b>	<b>(50.583)</b>
<b>Total de imposto diferido líquido</b>	<b>(26.754)</b>	<b>(35.692)</b>

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Corrente</b>				
Imposto de renda	(14.680)	(2.211)	(14.804)	(2.338)
Contribuição social	(7.053)	(889)	(7.100)	(935)
	(21.733)	(3.100)	(21.904)	(3.273)
<b>Diferidos</b>				
Imposto de renda	6.139	(13.490)	6.139	(13.490)
Contribuição social	2.799	(6.503)	2.799	(6.503)
	8.938	(19.993)	8.938	(19.993)
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(12.795)</b>	<b>(23.093)</b>	<b>(12.966)</b>	<b>(23.266)</b>

## Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	82.136	110.525	82.307	110.698
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	27.926	37.579	27.984	37.638
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	3.928	5.252	3.928	5.252
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	8.018	7.866	8.018	7.866
Realização de ajustes temporais	3.593	12.105	3.593	12.105
Adições temporárias				
Provisões temporárias	54.053	36.580	54.053	36.580
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
Receitas de realizações futuras	(8.936)	19.993	(8.936)	19.993
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(19.807)	(49.833)	(19.807)	(49.833)
Realização de ajustes temporais	(5.975)	(912)	(5.975)	(912)
Reversão de provisões temporárias	(1.641)	(2.015)	(1.641)	(2.015)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	(19.631)	(28.543)	(19.631)	(28.543)
Ganho de incentivos fiscais	(20.303)	(13.118)	(20.303)	(13.118)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(7.430)	(1.421)	(7.430)	(1.421)
Ajustes negativo do imposto de renda de exercícios anteriores	(105)	-	(105)	-
Outros	(895)	(440)	(972)	(326)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	12.795	23.093	12.966	23.266
Alíquota efetiva	15,58%	20,89%	15,64%	21,02%

## 14 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	12.577	15.240	-	-
Ágio (Nota 17)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	19.040	21.703	64	64

	2016		2015	
	Tergran	Cipolin	Tergran	Cipolin
<b>Informações sobre as controladas:</b>				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	459.773.063	2.193.000	459.773.063
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	33,33%	100,00%
Ativo circulante	7.121	37.971	4.989	68.823
Ativo não circulante	3.148	15.076	3.273	-
<b>Total de ativos</b>	<u>10.269</u>	<u>53.047</u>	<u>8.262</u>	<u>68.823</u>
Passivo circulante	1.214	43.488	945	56.022
<b>Total de passivos</b>	<u>1.214</u>	<u>43.488</u>	<u>945</u>	<u>56.022</u>
Capital social	9.204	10.576	9.204	10.576
Patrimônio líquido	9.055	9.559	7.317	12.801
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>1.739</u>	<u>(1.821)</u>	<u>(1.503)</u>	<u>13.136</u>

	2016			2015
	Tergran	Cipolin	Total	Total
<b>Movimentação dos investimentos</b>				
Saldo inicial	2.439	12.801	15.240	26.349
Equivalência patrimonial (a)	579	(1.821)	(1.242)	12.256
Ajuste por incorporação	-	-	-	(24.864)
Ajuste por aumento de participação	-	-	-	23
Variação cambial de investimento no exterior	-	(1.421)	(1.421)	1.476
Saldo final	<u>3.018</u>	<u>9.559</u>	<u>12.577</u>	<u>15.240</u>

- (a) O resultado da equivalência patrimonial da Tergran no exercício foi positivo em R\$ 579, que corresponde a 33,33% do seu lucro líquido de R\$1.739.

## 15 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas pela empresa CPCON Gestão Patrimonial e Soluções Integradas Ltda., avaliadores independentes sediados no Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2016.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, em que o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com a NBR 14653-2.

Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Propriedade para investimentos	71.133	64.000
Reclassificação	(1.526)	3.733
Ganho líquido de ajuste a valor justo	8.593	3.400
Saldo final	<u>78.200</u>	<u>71.133</u>

## 16 Imobilizado

## 16.1 Controladora

### 16.1.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2016			2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.132	-	27.132	27.441	-	27.441
Edificações e outros imóveis	3,20	251.713	(72.011)	179.702	167.545	(65.762)	101.783
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	251.699	(134.236)	117.463	246.423	(133.888)	112.535
Instalações	10,23	29.495	(11.866)	17.629	26.980	(9.626)	17.354
Móveis e utensílios	10,00	9.967	(6.786)	3.181	9.529	(6.603)	2.926
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.279	(6.723)	556	7.482	(6.719)	763
Veículos	16,91	2.991	(1.498)	1.493	9.684	(4.324)	5.360
Outros	18,16	6.880	(4.824)	2.056	6.924	(4.183)	2.741
		<u>587.156</u>	<u>(237.944)</u>	<u>349.212</u>	<u>502.008</u>	<u>(231.105)</u>	<u>270.903</u>
Imobilizado em andamento (a)	-	48.455	-	48.455	115.783	-	115.783
Adiantamento a fornecedores	-	71.473	-	71.473	29.895	-	29.895
		<u>707.084</u>	<u>(237.944)</u>	<u>469.140</u>	<u>647.686</u>	<u>(231.105)</u>	<u>416.581</u>

### 16.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2015	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2016
Terrenos	27.441	40	(349)	-	-	27.132
Edificações e outros imóveis	101.783	1.551	(872)	84.034	(6.793)	179.703
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	112.535	3.164	(5.512)	21.229	(13.953)	117.463
Instalações	17.354	2.418	(562)	826	(2.407)	17.629
Móveis e utensílios	2.926	971	(207)	5	(514)	3.181
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	763	224	(54)	9	(385)	556
Veículos	5.360	240	(3.389)	-	(719)	1.493
Outros	2.741	475	(119)	-	(1.041)	2.056
Imobilizado em andamento	115.783	20.039	(70)	(87.298)	-	48.454
Adiantamento a fornecedores	29.895	60.383	-	(18.805)	-	71.474
	<u>416.581</u>	<u>89.505</u>	<u>(11.134)</u>	<u>-</u>	<u>(25.812)</u>	<u>469.140</u>

## 16.2 Consolidado

### 16.2.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2016			2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.132	-	27.132	27.441	-	27.441
Edificações e outros imóveis	3,20	254.477	(74.072)	180.405	170.310	(67.714)	102.596
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	254.141	(136.443)	117.698	248.803	(136.031)	112.772
Instalações	10,23	29.870	(12.162)	17.708	27.276	(9.915)	17.361
Móveis e utensílios	10,00	10.029	(6.825)	3.205	9.592	(6.637)	2.955
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.388	(6.829)	559	7.590	(6.825)	765
Veículos	16,91	2.991	(1.498)	1.492	9.684	(4.324)	5.360
Outros	18,16	6.884	(4.826)	2.058	6.922	(4.183)	2.739
		<u>592.912</u>	<u>(242.655)</u>	<u>350.257</u>	<u>507.618</u>	<u>(235.629)</u>	<u>271.989</u>
Imobilizado em andamento (a)	-	48.455	-	48.455	115.783	-	115.783
Adiantamento a fornecedores (b)	-	71.473	-	71.473	29.895	-	29.895
		<u>712.840</u>	<u>(242.655)</u>	<u>470.185</u>	<u>653.296</u>	<u>(235.629)</u>	<u>417.667</u>

- (a) Referem-se, substancialmente, a investimentos para o aumento da capacidade de estocagem de trigo nas unidades de Salvador e Fortaleza, e aumento da capacidade produtiva e modernização, com novas tecnologias, na unidade de Simões Filho.
- (b) Referem-se a adiantamentos para aquisição de máquinas e equipamentos, cujo saldo de 56,8% está ligado à operações de FINIMP's, para modernização das unidades de Salvador, Simões Filho e Fortaleza.

### 16.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2015	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2016
Terrenos	27.441	40	(349)			27.132
Edificações e outros imóveis	102.596	1.551	(872)	84.034	(6.904)	180.405
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	112.771	3.225	(5.512)	21.229	(14.015)	117.698
Instalações	17.361	2.497	(562)	826	(2.414)	17.708
Móveis e utensílios	2.955	971	(207)	5	(519)	3.205
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	765	224	(54)	9	(385)	559
Veículos	5.359	241	(3.389)	-	(719)	1.492
Outros	2.741	473	(119)	-	(1.037)	2.058
Imobilizado em andamento	115.783	20.039	(70)	(87.297)	-	48.455
Adiantamento a fornecedores	29.895	60.384	-	(18.806)	-	71.473
	<u>417.667</u>	<u>89.648</u>	<u>(11.134)</u>	<u>-</u>	<u>(25.993)</u>	<u>470.185</u>

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 2.560 (31 de dezembro de 2015: R\$ 3.671). A taxa média utilizada para capitalização foi de 12,74% a.a. (31 de dezembro de 2015: 12,25% a.a.).

Em decorrência da desativação da unidade de Pouso Alegre, conforme citado na nota 3, determinados bens, correspondentes a R\$ 8.494, foram baixados do imobilizado e classificados para bens destinados a venda.

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

### 16.3 Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depreciação	(25.056)	(24.653)	(25.181)	(24.847)
Despesa com amortização (intangível - nota 17)	(1.994)	(2.049)	(1.994)	(2.049)
Depreciação do custo atribuído	<u>(756)</u>	<u>(506)</u>	<u>(756)</u>	<u>(506)</u>
Depreciação/amortização no exercício	<u>(27.806)</u>	<u>(27.208)</u>	<u>(27.931)</u>	<u>(27.402)</u>

### 16.4 Ativos concedidos em garantias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras e processos tributários, conforme apresentado abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Máquinas e equipamentos	83.277	79.834
Edificações	136.448	74.363
Instalações	13.129	12.426
Móveis e utensílios	1.730	1.775
Terrenos	13.240	13.240
Imobilizado em andamento	37.306	95.329
Outros	<u>1.460</u>	<u>1.861</u>
	<u>286.590</u>	<u>278.828</u>

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e ao FINAME do BNDES e a processos tributários.

## 17 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Total
<b>Vida útil</b>				
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2015	48.454	6.399	48.454	54.853
Adições	1.026	-	1.026	1.026
Baixas	23	-	23	23
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>49.503</b>	<b>6.399</b>	<b>49.503</b>	<b>55.902</b>
 Amortização:				
Em 31 de dezembro de 2015	(40.957)	-	(40.957)	(40.957)
Baixas	-	-	-	-
Amortização	(1.994)	-	(1.994)	(1.994)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(42.951)</b>	<b>-</b>	<b>(42.951)</b>	<b>(42.951)</b>
 Valor contábil líquido:				
Em 31 de dezembro de 2016	6.552	6.399	6.552	12.951
Em 31 de dezembro de 2015	7.497	6.399	7.497	13.896

- (a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo realizou o teste de valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição da fábrica Chiarini e, como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.
- (b) *Softwares* referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses *softwares* a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP e estes serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças, dos dois o menor.

## 18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Nacionais	81.294	52.273	81.308	52.318
Estrangeiros	3.936	7.297	21.794	31.075
	<b>85.230</b>	<b>59.570</b>	<b>103.102</b>	<b>83.393</b>

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

## 19 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS	8.319	5.673	8.319	5.673
Imposto de renda e contribuição social	843	870	900	870
INSS retido	616	425	616	425
ISS retido	414	297	414	297
Outros tributos a recolher	114	1.948	170	1972
	<u>10.306</u>	<u>9.199</u>	<u>10.419</u>	<u>9.237</u>

## 20 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
FINAME (b)	Pré-fixado	3% a 6%	3% a 6%	22.118	22.706
FINEM BNDES (b)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% a 4,5%	2,45% a 4,5%	94.312	119.013
Crédito Rural	Pré-fixado	-	10,50%	-	9.645
<b>Moeda estrangeira - US\$</b>					
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	1,67% a 4,68%	1,67% a 3,01%	109.733	241.559
Imobilizado (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	2,77% a 6,43%	2,07% a 5,35%	40.367	28.874
				<u>266.530</u>	<u>421.797</u>
Circulante				<u>174.366</u>	<u>199.738</u>
Não circulante				<u>92.164</u>	<u>222.059</u>

- (a) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J.Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (c) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme Nota Explicativa nº 32.2.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
2017	29.235	139.497
2018	19.057	22.886
A partir de 2019	<u>43.872</u>	<u>59.676</u>
	<u>92.164</u>	<u>222.059</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do período e, entre eles, citamos a razão entre dívida financeira líquida por EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e

amortização) menor ou igual a 2,75, dívida financeira bruta por patrimônio líquido menor ou igual a 1,50 e EBITDA por despesa financeira líquida maior ou igual a 1,75, os quais foram adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

### **Transações que não envolvem caixa**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e equivalentes a caixa, e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício. Essas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante é de R\$ 40.606 (31 de dezembro de 2015: R\$ 28.874).

## **21 Debêntures (controladora e consolidado)**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Circulante	30.615	31.750
Não circulante	28.600	57.160
	59.215	88.910

Em 31 de dezembro de 2016, o valor provisionado de juros foi R\$ 1.134 (31 de dezembro de 2015: R\$ 3.190).

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
2017	-	28.560
2018	28.600	28.600
	28.600	57.160

### **Características da oferta**

Debêntures	2ª. Emissão
Tipo	Simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

## 22 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisões operacionais (a)	5.240	3.412	5.240	3.412
Fretes a pagar	11.684	11.013	11.684	11.013
Provisão de honorários de êxito	3.784	4.269	3.784	4.269
Verbas diretas	8.444	5.551	8.444	5.551
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini	-	2.541	-	2.541
Comissões a representantes	542	545	542	545
Adiantamento de clientes	1.821	463	1.821	463
Outras contas a pagar	4.855	2.592	4.961	2.690
	36.370	30.386	36.476	30.484
Circulante	29.224	23.648	29.330	23.746
Não circulante	7.146	6.738	7.146	6.738

- (a) Referem-se às provisões de despesas que fazem parte da operação, para cumprimento da competência e provisão para reestruturação.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
2017	1.629	1.536
2018	1.680	1.584
A partir de 2019	3.837	3.618
	7.146	6.738

## 23 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	<b>Controladora e Consolidado</b>			<b>Saldo líquido</b>
	<b>Tributária (a)</b>	<b>Trabalhista (b)</b>	<b>Cível (c)</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>1.715</u>	<u>5.211</u>	<u>1.527</u>	<u>8.453</u>
Provisões	2.131	4.817	2.067	9.015
Reversão de provisões	(1.416)	(1.263)	(603)	(3.282)
Pagamentos/depósitos	-	(1.759)	(466)	(2.225)
Encargos financeiros	218	733	243	1.194
(-) Depósitos judiciais (1)	<u>-</u>	<u>(4.472)</u>	<u>-</u>	<u>(4.472)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>2.648</u>	<u>3.267</u>	<u>2.768</u>	<u>8.683</u>
Provisões	270	3.387	2.051	5.708
Reversão de provisões	(325)	(4.763)	(595)	(5.683)
Encargos financeiros	304	1.020	439	1.763
(-) Depósitos judiciais (1)	<u>-</u>	<u>(283)</u>	<u>-</u>	<u>(283)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>2.897</u>	<u>2.628</u>	<u>4.663</u>	<u>10.188</u>

- (1) O saldo de provisões para contingências trabalhistas de R\$ 2.628 está sendo apresentado na nota acima pelo valor líquido dos depósitos judiciais para as causas prováveis. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.755 (31 de dezembro de 2015: 4.472).

O total de pagamentos efetuados em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 4.439 (31 de dezembro de 2015: R\$ 2.225), sendo R\$ 301 (31 de dezembro de 2015: R\$ 0) referente a contingências tributárias, R\$ 3.449 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.759) referente a contingências trabalhistas e R\$ 688 (31 de dezembro de 2015: R\$ 466) referente a contingências cíveis e administrativas.

**(a) Tributárias**

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária, administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 276.534 (31 de dezembro de 2015: R\$ 266.716), constituídas por R\$ 132.741 (31 de dezembro de 2015: R\$ 137.595) para tributos federais; R\$ 142.788 (31 de dezembro de 2015: R\$ 128.110) para impostos estaduais e R\$ 1.005 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.011) para tributos municipais.

**(b) Trabalhistas**

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de dezembro de 2016, existiam diversas ações judiciais e administrativas trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 48.545 (31 de dezembro de 2015: R\$ 51.208).

Em 31 de dezembro de 2016, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais totalizavam o montante de R\$ 7.436 (31 de dezembro de 2015: R\$ 6.817). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

**(c) Cíveis e administrativas**

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 15.760 (31 de dezembro de 2015: R\$ 11.967). A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A J. Macêdo S.A. é parte ativa em alguns processos em que pode haver uma eventual contingência. São casos onde a companhia entrou com processo para questionar valores (ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos), mas pode correr o risco de perder e ter que pagar os valores tidos como indevidos, no montante de R\$ 2.505 (31 de dezembro de 2015: R\$ 2.005).

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	2016	2015
Tributária	165.066	171.429
Trabalhista	8.625	7.978
Cível	<u>8.158</u>	<u>6.806</u>
	<u>181.849</u>	<u>186.213</u>

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$ 10.000:

- **Autor:** Receita Federal do Brasil

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 27.047, lavrado contra a Companhia em 25 de outubro de 2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

II) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 10.341, lavrado contra a Companhia em 19 de outubro de 2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.

- **Autor:** Estado de São Paulo

I. Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 26.151, lavrado contra a Companhia em 21 de novembro de 1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

II. Execução Fiscal no valor de R\$ 24.227, oriundo do Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 18 de outubro de 2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Após julgamento improcedente de Recurso

Especial pelo TIT/SP, aguarda-se o ajuizamento da Execução Fiscal para apresentação de Embargos à execução. Ajuizada Execução Fiscal nº 1500148-30.2015.8.26.0577.

- **Autor:** Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
- I. Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27 de março de 2006, no valor de R\$ 26.196, por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento desse imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

## **24 Subvenções governamentais (Controladora)**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia fez jus a R\$ 45.835 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2015: R\$ 38.583).

Em relação às subvenções federais, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuiu base para cálculo do lucro da exploração, registrando R\$ 4.782 (31 de dezembro de 2015: não possui base de lucro da exploração).

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

### **24.1 ADENE (âmbito federal)**

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias e redução de 75%, por 10 anos, de 2015 até 2024, na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27 de junho de 1963, Decreto nº 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE, a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular na SUDENE.

### **24.2 PROVIN (Estado do Ceará)**

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Em agosto de 2016, o governo do Ceará regulamentou o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do CE (FEEF), para as empresas beneficiárias do PROVIN, no qual a Companhia está sujeita ao pagamento durante o período de setembro de 2016 à agosto de 2018. O FEEF é considerado um

encargo e corresponde a 10% do incentivo. Seu recolhimento ocorrerá se o valor da arrecadação do mês for inferior quando comparado ao mesmo mês do exercício anterior, limitado a 10% do valor do incentivo.

### **24.3 DESENVOLVE (Estado da Bahia)**

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009, e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J.Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

Em junho de 2016, o governo da Bahia instituiu condição para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais, condicionando o benefício da Companhia ao pagamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP) no período de setembro de 2016 a dezembro de 2018. O FECEP é considerado um encargo e corresponde a 10% do valor benefício usufruído com base no valor do desconto do ICMS obtido na data da liquidação antecipada da parcela do imposto, cujo prazo tenha sido dilatado.

### **24.4 PRODESIN (Estado de Alagoas)**

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria-prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei nº 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto nº 38.394/2000 e suas alterações.

Segue quadro-resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, totalizando, em 2016, uma reserva de R\$ 290.893.

	<b>Benefício de incentivos fiscais</b>			<b>Reserva de lucros: incentivos fiscais</b>	
	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Total</b>	<b>Constituída</b>	<b>A constituir</b>
<b>2008</b>	1.259	23.097	24.356	(24.356)	-
<b>2009</b>	-	24.273	24.273	(24.273)	-
<b>2010</b>	-	25.558	25.558	(16.442)	9.116
<b>2011</b>	-	26.100	26.100	(29.591)	(3.491)
<b>2012</b>	915	23.667	24.582	(29.761)	(5.625)
<b>2013</b>	-	35.686	35.686	(36.132)	-
<b>2014</b>	1.843	39.578	41.421	(41.421)	-
<b>2015</b>	128	38.583	38.711	(38.711)	-
<b>2016</b>	4.371	45.835	50.206	(50.206)	-
	<u>8.516</u>	<u>282.377</u>	<u>290.893</u>	<u>(290.893)</u>	<u>-</u>

## 25 Patrimônio líquido (Controladora)

### 25.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou um aumento de R\$ 129 no capital social mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais do reinvestimento do imposto de renda.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado estava representado conforme quadro abaixo:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Capital social	<u>198.002</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são distribuídos somente no caso de a Companhia apresentar lucro no exercício depois de excluídos os saldos de reserva legal e reserva de incentivos fiscais.

### 25.2 Reserva de capital/lucros - Incentivos fiscais federais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda, registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme a Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008, esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais federais é registrado na conta de Reserva de Lucros.

### 25.3 Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais

Refere-se ao incentivo fiscal estadual de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota Explicativa nº 24.

## 25.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

## 25.5 Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos, conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

	<b>Controladora</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido do exercício	69.341	87.432
(-) Reserva legal - 5%	(3.467)	(4.372)
	65.874	83.060
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	529	324
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(50.554)	(38.583)
Base de cálculo dos dividendos	15.849	44.801
(=) Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.962	11.200
Dividendos complementares propostos	11.540	33.601
Ajuste de incentivos fiscais	347	(129)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(16)
Dividendos complementares propostos líquido de ajustes	11.887	33.456
Dividendos por ação	0,54448	2,05209

## 25.6 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

## 26 Resultado por ação

### Lucro básico por ação

O lucro básico por ação em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais no montante de R\$ 69.341 e a respectiva quantidade de ações em circulação, conforme quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	
	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b><u>69.341</u></b>	<b><u>87.432</u></b>
Lucro atribuível aos acionistas	69.341	87.432
<b>Quantidade de ações em circulação</b>	<b><u>21.832</u></b>	<b><u>21.832</u></b>
Ordinárias	11.496	11.496
Preferenciais	10.336	10.336
<b>Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$</b>	<b><u>3,17608</u></b>	<b><u>4,00473</u></b>

Em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

## 27 Receita líquida de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas	1.861.482	1.660.302	1.864.966	1.664.690
(-) Impostos	(150.210)	(145.345)	(150.210)	(145.983)
(-) Devoluções	(34.429)	(22.900)	(34.429)	(22.900)
(-) Abatimentos	(32.227)	(29.858)	(32.227)	(29.858)
	<b><u>1.644.616</u></b>	<b><u>1.462.199</u></b>	<b><u>1.648.100</u></b>	<b><u>1.465.949</u></b>

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## 28 Custos e despesas operacionais

### 28.1 Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Matérias-primas e embalagens	(832.001)	(751.239)	(837.206)	(751.239)
Pessoal	(207.980)	(182.169)	(208.967)	(184.418)
Serviços de terceiros e fretes	(282.040)	(256.674)	(281.715)	(257.429)
Depreciação e amortização	(28.687)	(28.096)	(28.956)	(28.291)
Outros	(156.923)	(157.259)	(154.553)	(158.903)
	<u>(1.507.631)</u>	<u>(1.375.437)</u>	<u>(1.511.397)</u>	<u>(1.380.280)</u>

### 28.2 Por função

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos dos produtos vendidos	(1.088.115)	(961.422)	(1.091.279)	(965.365)
Despesas com vendas	(310.364)	(284.687)	(310.364)	(284.687)
Despesas gerais e administrativas (a)	(109.152)	(129.328)	(109.754)	(130.228)
	<u>(1.507.631)</u>	<u>(1.375.437)</u>	<u>(1.511.397)</u>	<u>(1.380.280)</u>

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

## 29 Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ordenados e salários	(52.055)	(69.059)	(52.758)	(69.942)
Custos de previdência social	(21.808)	(22.658)	(22.060)	(22.963)
Participação nos resultados	(9.397)	(1.654)	(9.397)	(1.654)
	<u>(83.260)</u>	<u>(93.371)</u>	<u>(84.215)</u>	<u>(94.559)</u>

O Grupo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

### 30 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas (despesas) líquidas (a)	(36.741)	13.634	(35.790)	13.621
Créditos extemporâneos (c)	23.094	12.435	23.094	12.435
Provisão/reversão para reestruturação (b)	1.880	5.928	1.880	5.928
Provisão/reversão de honorários de êxito	485	3.758	485	3.758
Ganhos decorrentes da variação no valor justo das propriedades para investimentos	8.593	3.400	8.593	3.400
Resultado na venda de ativos	(2.185)	107	(2.185)	107
Provisão para redução ao valor recuperável	(123)	(1.261)	(123)	(1.261)
Contingências líquidas	(5.943)	(6.104)	(5.943)	(6.104)
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	2.052	(6.443)	2.052	(6.444)
	<u>(8.888)</u>	<u>25.454</u>	<u>(7.937)</u>	<u>25.440</u>

- (a) Em 2015 a participação nos resultados para empregados e dirigentes eram contabilizadas na linha de despesas operacionais.
- (b) A Companhia constitui provisões para reestruturação e desativação de unidades.
- (c) Créditos extemporâneos de ICMS oriundos de transferência de farinha entre estados, de restituição de ICMS recolhido a maior e de PIS/COFINS sobre insumos.

### 31 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Variações monetárias e cambiais passivas	(68.831)	(134.392)	(68.831)	(134.392)
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	(102.092)	(36.749)	(102.092)	(44.805)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.921)	(34.268)	(23.921)	(34.268)
Outras despesas financeiras	(2.719)	(2.817)	(9.050)	(1.552)
Outras despesas de juros	(893)	(2.288)	(893)	(2.288)
Tarifas bancárias	(512)	(678)	(512)	(698)
<b>Despesas financeiras</b>	<u>(198.968)</u>	<u>(211.192)</u>	<u>(205.299)</u>	<u>(218.003)</u>
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	20.908	105.762	20.908	127.796
Variações monetárias e cambiais ativas	113.910	62.770	113.910	62.770
Rendimentos de aplicações financeiras	15.268	24.337	15.268	24.371
Descontos obtidos	180	1.338	180	1.338
Outras receitas financeiras	1.133	963	5.724	1.056
Outras receitas de juros	2.851	241	2.851	238
<b>Receitas financeiras</b>	<u>154.250</u>	<u>195.411</u>	<u>158.841</u>	<u>217.569</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<u>(44.718)</u>	<u>(15.781)</u>	<u>(46.458)</u>	<u>(434)</u>

## **32 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

### **32.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)**

#### **32.1.1 Valor justo**

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do período. Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores contábeis em virtude de as operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Seguem os ativos e os passivos financeiros da Companhia:

<b>Controladora</b>				
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Empréstimos e recebíveis				
Bancos conta movimento	7.254	7.838	7.254	7.838
Equivalentes de caixa	41.676	58.000	41.676	58.000
Aplicações financeiras	23.983	120.122	23.983	120.122
Contas a receber	194.855	143.685	194.855	143.685
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	28.356	22.317	28.356	22.317
Ativos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	943	48.089	943	48.089
	<u>297.067</u>	<u>400.051</u>	<u>297.067</u>	<u>400.051</u>
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	266.530	421.797	317.619	496.010
Debêntures	59.215	88.910	59.215	88.910
Fornecedores	85.230	59.570	85.230	59.570
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.188	1.188	1.188	1.188
Passivos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	11.286	2.142	11.286	2.142
	<u>423.449</u>	<u>573.607</u>	<u>474.538</u>	<u>647.820</u>
<b>Consolidado</b>				
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Empréstimos e recebíveis				
Bancos conta movimento	7.254	30.639	7.254	30.639
Equivalentes de caixa	59.284	73.134	59.284	73.134
Aplicações financeiras	23.983	120.122	23.983	120.122
Contas a receber	194.147	169.283	194.147	169.283
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	31.220	26.180	31.220	26.180
Ativos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	943	48.089	943	48.089
Operação de "forward"	-	1.789	-	1.789
	<u>297.067</u>	<u>469.236</u>	<u>316.831</u>	<u>469.236</u>
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	266.530	421.797	317.619	496.010
Debêntures	59.215	88.910	59.215	-
Fornecedores	103.102	83.393	103.102	83.393
Passivos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	11.286	2.142	11.286	2.142
Operação de "forward"	3.576	131	3.576	131
	<u>443.709</u>	<u>596.373</u>	<u>494.798</u>	<u>581.676</u>

## **32.2 Objetivos para gestão de risco financeiro**

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, operações de *swap*, debêntures, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à Alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

### **32.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e os passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

#### *Risco de taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(52.853)	(64.432)	(52.853)	(64.432)
	<u>(52.853)</u>	<u>(64.432)</u>	<u>(52.853)</u>	<u>(64.432)</u>
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	41.676	58.000	59.284	73.134
Aplicações financeiras	23.983	120.122	23.983	120.122
Derivativos	943	48.089	943	49.878
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(213.677)	(357.365)	(213.677)	(357.365)
Debêntures	(59.215)	(88.910)	(59.215)	(88.910)
Derivativos	(11.286)	(2.142)	(11.286)	(2.273)
	<u>(217.576)</u>	<u>(222.206)</u>	<u>(199.968)</u>	<u>(205.414)</u>

*Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa*

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

*Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável*

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da tributação
31/12/2016	(25)	(1.674)
	(50)	(3.347)
31/12/2015	(25)	(2.994)
	(50)	(5.989)

*Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuar devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira do Grupo.

*Atividades operacionais*

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira em relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos cinco meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de *swap*, e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

*Exposição à moeda estrangeira*

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* e NDFs. As operações consistem na troca da variação cambial (Dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média prefixada de 0,98 % (31 de dezembro de 2015: 0,39%).

31 de dezembro de 2016	Valor Notional	Valor justo		Resultado no exercício
		Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
<b>Risco de taxa de câmbio</b>				
Instrumentos financeiros Derivativos	312.417	943	11.286	65.987
	Circulante	<u>482</u>	<u>11.286</u>	
	Não circulante	<u>461</u>	<u>-</u>	

No período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou um resultado financeiro positivo de R\$ 65.987.

A controlada Cipolin contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações de moeda em suas operações de venda de trigo. No período findo em 31 de dezembro de 2016, não havia derivativos da posição comprada (31 de dezembro de 2015: R\$ 73.020). Não houve saldo de instrumentos financeiros derivativos ativos (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.659), enquanto os instrumentos financeiros derivativos passivos totalizaram R\$ 3.576 (31 de dezembro de 2015: R\$ 131). A controlada apurou uma perda de R\$ 16.716 (31 de dezembro de 2015: ganho de R\$ 16.140) registrada no resultado financeiro (ajuste a valor de mercado). Segue a exposição líquida da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	279.160	205.778	279.160	205.778
Fornecedores	22.621	7.297	21.794	31.075
Contrato de <i>swap</i> (b)	<u>(279.160)</u>	<u>(205.778)</u>	<u>(279.160)</u>	<u>(205.778)</u>
<b>Exposição líquida (a-b)</b>	<u>22.621</u>	<u>7.297</u>	<u>21.794</u>	<u>31.075</u>

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da Tributação	
		Controladora	Consolidado
31/12/2016	25	3.299	18.265
	50	6.597	36.530
31/12/2015	25	7.122	30.331
	50	14.244	60.662

#### *Risco de preço de commodities*

O Grupo é afetado pela volatilidade dos preços de certas *commodities*. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, o Grupo desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

O Grupo monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

O Grupo buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. O Grupo opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante destes contratos foi de R\$ 20.082 (31 de dezembro de 2015: R\$ 12.060).

### **32.2.2 Riscos de crédito**

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

#### *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente está sujeito a procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada às condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com 15 clientes (31 de dezembro de 2015: 15 clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 35,9% (31 de dezembro de 2015: 33,0%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 61% (31 de dezembro de 2015: 66%) vêm operando com o Grupo por mais de dois anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se esses clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Clientes - Atacado	171.516	125.852	171.516	125.852
Clientes - Varejo	31.542	32.919	31.542	32.919
Outros clientes	13.035	7.222	12.327	32.820
(-) Provisões	<u>(12.957)</u>	<u>(13.333)</u>	<u>(12.957)</u>	<u>(13.333)</u>
	<u>203.136</u>	<u>152.660</u>	<u>202.428</u>	<u>178.258</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2015: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

#### *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos Bancos Itaú, Safra, Caixa e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

### **32.2.3 Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são apresentados, respectivamente, nas Notas Explicativas n°s 20 e 21.

#### *Gestão do capital social*

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou um aumento no capital social mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais do reinvestimento do imposto de renda.

No exercício findo em 31 de dezembro 2015 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, às políticas ou aos processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

### **33 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2016	2015
<b>Modalidade:</b>		
Responsabilidade civil	16.000	8.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	212.661	178.444
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	<u>186.503</u>	<u>145.566</u>
	<u>415.164</u>	<u>332.010</u>

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

\* \* \*

**J. MACÊDO S.A.**  
**COMPANHIA ABERTA - CVM 2115-6**  
**CNPJ Nº 14.998.371/0001-19**  
**NIRE 23 3 00026799**

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA**  
**REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2017 - (1ª/2017)**

**HORÁRIO, DATA E LOCAL:** 10:00h (dez) horas, do dia 09 de março de 2017, sito na Rua Benedito Macêdo nº 79, Cais do Porto, em Fortaleza, Ceará, CEP 60180-900.

**PRESENÇA:** A maioria dos membros do Comitê de Auditoria, conforme assinaturas lançadas no final desta ata.

**MESA:** Presidida pelo Sr. **HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA** - Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria.

**DELIBERAÇÕES:** Os membros do Comitê de Auditoria da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2016”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG - Auditores Independentes aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2016, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**APROVAÇÃO:** Unanimidade de votos.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

**ASSINATURAS:** Humar Marques de Oliveira - Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria; Roberto Proença de Macêdo e Paulo Camillo - membros do Comitê de Auditoria.

Certificamos que a presente é cópia fiel do original da primeira ata do exercício de 2017, lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Comitê de Auditoria. Fortaleza, 09 de março de 2017.

**HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA**  
Coordenador Executivo do Comitê  
de Auditoria da Companhia



## **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaramos, na qualidade de diretores da J. Macêdo S.A, sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016.

Fortaleza, 22 de março de 2017.

Luiz Henrique Lissoni  
Diretor Presidente

Jorge Casmerides  
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Maria Otameiry de Araújo Furtado  
Diretora

Murilo Résio de Castro  
Diretor

Yuji Nagata  
Diretor